



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA “CEL MILTON FREIRE DE ANDRADE”
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**EUDES VALÉRIO ANTUNES COELHO
WALLACE GLEYDISON AMORIM DE SOUSA**

**A INFLUÊNCIA DO ALCOOLISMO SOBRE O DESEMPENHO DA ATIVIDADE
POLICIAL MILITAR NOS BATALHÕES DE ÁREA NA CIDADE DE NATAL/RN:
UMA QUESTÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL.**

**NATAL
2011**

**EUDES VALÉRIO ANTUNES COELHO
WALLACE GLEYDISON AMORIM DE SOUSA**

**A INFLUÊNCIA DO ALCOOLISMO SOBRE O DESEMPENHO DA ATIVIDADE
POLICIAL MILITAR NOS BATALHÕES DE ÁREA NA CIDADE DE NATAL/RN:
UMA QUESTÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar “Cel. Milton Nunes Freire de Andrade”, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Pós-Graduado em Segurança Pública.

Orientador: Ten Cel QOPM/RN Marcos Baptista Mendes - MSc.

**NATAL/RN
2011**

EUDES VALÉRIO ANTUNES COELHO
WALLACE GLEYDISON AMORIM DE SOUSA

A INFLUÊNCIA DO ALCOOLISMO SOBRE O DESEMPENHO DA ATIVIDADE
POLICIAL MILITAR NOS BATALHÕES DE ÁREA NA CIDADE DO NATAL/RN:
UMA QUESTÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL.

Monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Academia de Polícia Militar “Cel Milton Nunes Freire de Andrade”, como requisito parcial para a obtenção do título Especialista.

Aprovada em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Ten Cel QOPM/RN Marcos Baptista Mendes - MSc.
Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte
(Orientador)

1º Examinador

2º Examinador

A Deus, por ter nos dado o dom da vida e a oportunidade de sermos felizes junto às pessoas a quem amamos.

AGRADECIMENTOS

As nossas experiências de vida constantemente nos mostram que a conquista de um objetivo expressa a participação de várias pessoas que nos circundam. Dentro deste contexto, a concretização deste trabalho científico, seria inviável sem:

Em primeiro lugar, pela existência de Deus, por sempre ter iluminado a nossa existência, bem como nos orientando e guiado pelo caminho da fé, do que é ético, moral e legal.

Aos nossos pais, pela educação, pela amizade e pelo amor incondicional que nos dispensaram ao longo de nossas vidas, o que nos possibilitou uma boa formação religiosa, moral, ética e intelectual. A qual nos possibilitou estar aqui vivenciando este momento ímpar em nossas vidas profissionais.

A nossas esposas e filhos, por estarem sempre ao nosso lado, mesmo nos momentos mais difíceis, nos apoiando e incentivando e muitas vezes, devido as nossas ausências por motivos profissionais, terem que tomarem as rédeas da família, nos dando assim, a oportunidade de nos tornar melhores profissionais e conseqüentemente, prestar um melhor serviço para a sociedade a que servimos.

Aos nossos irmãos e familiares, por terem nos apoiado todos estes meses, servindo de alicerce para a nossa formação.

Aos nossos Comandantes, o Ilm^o senhor Cel QOPM/MA José Ribamar Vieira e o Ilm^o senhor Cel RR QOPM/RN Severino Gomes dos Reis Neto, que de forma direta ou indireta, contribuíram para a consecução deste objetivo.

Aos nossos orientadores, o Ilmo. senhor Ten Cel Mendes, e a Ilm^a. professora Hilderline, que devido ao compromisso assumido pelos mesmo, onde sempre se dispuseram a nos ajudar, mesmo nas horas de folga, demonstrando assim, tratar-se de profissionais abdicados no que fazem, o que vem a elevar, de forma intelectual o nome da Instituição Polícia Militar do Rio Grande do Norte. São os nossos sinceros agradecimentos.

Ao soldado PMRN Kléber Maciel de Farias Júnior, subcoordenador de estatística e análise criminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social, por nos ter prestado orientações técnicas acerca dos dados estatísticos e bibliográficos, contidos neste trabalho.

Aos companheiros de turma, aos instrutores, bem como a todos os oficiais e praças que compõem a coordenação do curso, em particular, ao Maj QOPM Sousa, coordenador do curso, que devido a sua postura ética e moral, demonstrou ser, além de seu

profissionalismo na função que exercia, um amigo nas horas das dificuldades. Principalmente pelo apoio moral que nos fora dispensado, em um dos momentos mais difíceis de nossas vidas, quando da atenção dispensada referente à saúde dos nossos familiares.

Não adianta instigar o ser humano, não adianta ameaçá-lo, não adianta empurrá-lo. A questão não é de empurrões, mas de motivos. O que comanda a vida humana não é o motivo da força, mas a força do motivo. (Terezinha Pádua)

RESUMO

O alcoolismo mostra-se um fator preocupante no desenvolvimento de atividades laborais, em especial, aquelas que apresentam maiores exigências quanto à saúde física e psicológica dos profissionais. O trabalho propõe-se apresentar uma análise crítica sobre o abuso na ingestão de bebida alcoólica por parte de integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, a partir do conceito de alcoolismo enquanto enfermidade e dos dados empíricos obtidos mediante a aplicação de questionários e entrevistas junto ao efetivo de oficiais e praças. Busca-se observar os efeitos do alcoolismo no serviço policial militar e o tratamento dispensado à temática pela instituição.

Palavras-chave: Alcoolismo. Ações Policiais Militares. Desempenho profissional.

RESUME

L'alcoolisme se montre un facteur inquiétant dans le développement des activités de travail, particulièrement, celles qui présentent de plus grandes exigences quant à la santé physique et psychologique des professionnels. Le travail propose une présentation d'une analyse critique sur l'abus de l'ingestion de boisson alcoolique de la part des intégrants de la Police Militaire de l'Etat du Rio Grande do Norte, à partir du concept d'alcoolisme comme maladie et des données empiriques obtenues moyennant l'application des questionnaires et entretiens auprès de l'effectif des officiels et des places. Nous cherchons à observer les effets de l'alcoolisme dans le service de Police Militaire et le traitement dispensé à ce sujet par l'institution.

Mots-cles: Alcoolisme. Actions Politiques Militaires. Accomplissement professionnel.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Distribuição do número de ocorrências registradas pelo CIOSP no ano de 2010, Natal – RN.....	36
Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados.....	43
Gráfico 2 - Escolaridade dos entrevistados.....	43
Gráfico 3 - Faixa etária dos entrevistados.....	45
Gráfico 4 – Estado civil.....	46
Gráfico 5 - Tempo de serviço na corporação.....	46
Gráfico 6 - Consumo de bebida alcoólica.....	47
Gráfico 7 - Quando se deu o início da ingestão da bebida alcoólica, antes ou depois de incorporar na instituição.....	48
Gráfico 8 - Há quanto tempo consome.....	49
Gráfico 9 - Motivos que levam a consumir.....	50
Gráfico 10 - Frequência quanto à ingestão.....	50
Gráfico 11 - A bebida já apresentou algum problema em seu trabalho.....	51
Gráfico 12 - Que medida administrativa o comando de sua unidade de trabalho adotou	53
Gráfico 13 - Já chegou a ingerir algum tipo de bebida alcoólica antes e/ou durante o serviço.....	53

LISTA DE SIGLAS

A.A	Alcoólicos Anônimos
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CIASP	Centro de Assistência e Promoção Social
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIOSP	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PMRN	Polícia Militar do Rio Grande do Norte
SESED	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
UPM	Unidade Policial Militar
OMS	Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O ÁLCOOL E O SER HUMANO.....	16
2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA.....	16
2.2 ALCOOLISMO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	17
2.3 ÁLCOOL: ASPECTOS SOCIAIS.....	22
2.4 O ALCOOLISMO: CONSEQUÊNCIAS ÉTICAS, SOCIAIS E CLÍNICAS.....	27
3 O ÁLCOOL E A ATIVIDADE POLICIAL MILITAR.....	30
3.1 A ESSÊNCIA DO SERVIÇO POLICIAL.....	30
3.2 A MISSÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR.....	32
3.3 A INFLUÊNCIA DO ALCOOLISMO NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR.....	34
3.3.1 O reflexo do estresse na atividade Policial Militar.....	34
3.3.2 Metodologia e análise da pesquisa de campo.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES.....	62

1 INTRODUÇÃO

Algumas profissões se destacam devido ao alto nível de risco, a exemplo dos operadores de segurança pública militar estadual, o que provoca elevado grau de estricção oriundo de suas atividades, podendo, em tese, estimulá-lo ao consumo constante e desmedido de bebida alcoólica ou de outra substância, cujos efeitos sirvam como “alívio” para as suas tensões, fadigas física e mental, dentre outros conflitos do seu cotidiano, fato este, que resultará na redução de seu desempenho profissional.

Na atualidade, o consumo constante e desmedido de substâncias entorpecentes vem se destacando, sendo o álcool, uma das drogas lícitas que possui maior incidência no segmento profissional das mais diversas áreas profissionais.

É sabido que, em toda e qualquer atividade profissional, o indivíduo sofre cobranças no desempenho de seu trabalho, onde lhe é exigido, de forma explícita ou não, dedicação, zelo, responsabilidade e comprometimento, fato notório no exercício das ações inerentes a função policial militar. Tais exigências contribuem para acrescer os fatores que poderão levar a uma ingestão exacerbada de álcool e suas conseqüências.

Todavia, em todos os períodos da humanidade, encontram-se relatos referentes à ingestão de substâncias alcoólicas por parte do homem, em todos os aspectos da vida, quer seja familiar, no meio social, nas horas do lazer, no trabalho, ou seja, fazendo parte da cultura de diversas sociedades e classes sociais, nos mais diversos locais do planeta, vindo assim a adquirir, num primeiro momento um caráter de hábito ou como parte da dieta comum de determinados povos. Posteriormente, a ingestão de álcool passou a ser estudada como doença, a partir de sua forma viciosa e negativa de consumo desordenado.

Neste sentido, a saúde física e mental do ser humano, está diretamente relacionada à questão da qualidade de vida, da produtividade e correlata ao desempenho profissional. O álcool, quando consumido de forma constante e desmesurada, contribui de forma negativa para a formação de um ser saudável e eficaz, onde, somando-se com um constante desgaste físico e mental, adquirido muitas vezes em virtude do desempenho das atividades rotineiras e sazonais inerentes a profissão policial militar, pode causar diversos efeitos negativos ao profissional de segurança pública.

Os distúrbios emocionais, adquiridos durante a execução e o desempenho profissional das mais diversificadas ações e atividades policiais existentes, poderão concorrer para o surgimento de inúmeras enfermidades tanto na mente, tais como o estresse e a

depressão, bem como de forma mais latente no corpo humano, como as doenças cardiovasculares, distúrbios gastrintestinais, dentre outras.

A profissão policial militar é reconhecidamente estressante, onde os sentimentos vivenciados no seu cotidiano, e que a cada dia vão se amontoando na história de vida deste profissional, lapidam a maneira de ser e de se relacionar do profissional. A missão constitucional dos profissionais em epígrafe, por sua natureza e peculiaridades, quando aliado a outros fatores, tem contribuído para que um número significativo de integrantes das Unidades de Polícia Militar enveredem para o caminho da ingestão abusiva de bebidas alcoólicas.

Alguns desses indivíduos acumulam experiências negativas, por motivos diversos, passando a atividade exercida pelos mesmos a transformar-se em fonte de insatisfação. Esta relação entre o ser profissional e a atividade policial, que no início poderia proporcionar dignidade e prazer, passa a prejudicar o bem-estar e a saúde desse trabalhador.

Para Spielberg, essas questões levantadas estão fundamentadas devido a natureza da atividade policial, onde:

Os policiais estão entre os profissionais que mais sofrem de stress decorrente da profissão, pois estão constantemente expostos ao perigo, á agressão e à violência, devendo frequentemente intervir em situações de problemas humanos de muita tensão. (SPIELBERGER, 1979 apud ROMANO, 2001, p.196).

À medida que o policial se expõe ao perigo, por desempenhar uma atividade de alto risco, maior será a carga de estresse adquirida por este profissional. Tal afirmação baseia-se devido à natureza das ocorrências, onde de forma constante, quer em serviço ou de folga, este trabalhador lida continuamente com risco iminente de morte, bem como a responsabilidade legal de preservar as vidas de todos os cidadãos, inclusive dos infratores.

Além de conhecer e vivenciar “*in loco*”, durante o desempenho de suas atividades, o lado perverso e deprimente do ser humano, verifica-se que seu trabalho, muitas vezes, não observa uma escala com folgas regulares, acumulando uma carga horária de serviço, superior a diversas categorias profissionais reconhecidas, e ainda, muitas vezes trabalhando sob tensão e pressão dos que lhes são hierarquicamente superiores.

Em suma, há uma série de fatores dentro e fora dos quartéis, que corroboram para a diminuição do bem-estar desses profissionais, quer no seu ambiente de serviço, quanto fora

dele, o que pode afetar as decisões e atitudes destas pessoas e fazer com que os mesmos vejam no consumo abusivo de álcool uma válvula de escape para aliviar suas tensões, seus conflitos, suas fobias, o que, mais tarde, poderá afetar seu equilíbrio físico e psicológico.

Com base nesta premissa, o presente trabalho objetiva analisar a questão do alcoolismo relacionada ao exercício da atividade policial militar. A pesquisa busca elaborar um breve histórico sobre a origem do álcool, seus conceitos e definições, bem como os efeitos nocivos, quando de sua ingestão abusiva, enfocando sua incompatibilidade frente ao desempenho das mais diversas ações e atividades policiais, a partir de uma amostra de praças do sexo masculino, pertencente ao efetivo dos quatro batalhões de área, sediados no município de Natal/RN, sendo eles: o 1º BPM, responsável pela zona leste da capital; o 4º BPM, responsável pela zona norte; o 5º BPM, responsável pela zona sul; e o 9º BPM, responsável pela zona oeste.

As unidades militares supramencionadas são dotadas de peculiaridades que as diferenciam das demais, senão vejamos: são os batalhões responsáveis pelo policiamento rotineiro, onde se deparam normalmente com os mais diversos tipos de ocorrência, desde as mais simples de serem resolvidas, até as mais complexas, não raro, provocando variações no estado emocional e, por conseguinte, fisiológico, do policial, fato nem sempre previsível de forma a possibilitar o agente público preparar-se para enfrentar a nova situação.

A pesquisa de campo (Apêndice A) possibilitou, dentro dos objetivos do trabalho, traçar o perfil do público-alvo, correlacionando as múltiplas variáveis com a questão do consumo constante e/ou abusivo de bebida alcoólica, bem como, compreender o tratamento administrativo dispensado pela Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), aos casos de transgressão disciplinar cometidos por praças afetados pelo alcoolismo. Dentro, ainda, dessa perspectiva, foram realizadas entrevistas com oficiais (APÊNDICE B) responsáveis pela disciplina dos batalhões anteriormente mencionados, buscando apreender a visão daqueles que administram mais de perto essas questões, comparando as declarações obtidas com os dados empíricos coletados através dos questionários.

Assim, no primeiro capítulo discorreremos sobre o álcool, enquanto substância presente em bebidas ingeridas pelo homem, em seus aspectos histórico-sociais, bem como, os efeitos maléficos causados ao corpo e a mente humana, quando de sua ingestão demasiada, além de algumas de suas conseqüências no meio social onde o alcoolista vive.

O segundo capítulo volta-se ao estudo da relação entre o alcoolismo e a atividade policial militar, buscando elencar alguns dos motivos que levam esses profissionais a se tornarem alcoolistas, sua conseqüente ineficiência funcional e os reflexos perante a sociedade.

O terceiro capítulo apresentará os resultados alcançados na pesquisa, pela aplicação dos instrumentos já enumerados no presente trabalho com suas respectivas análises,

Nas considerações finais buscaremos delinear algumas alternativas, sob a forma de propostas, que buscarão fomentar iniciativas no sentido de controlar, tratar e combater a questão do alcoolismo no cerne da PMRN, tendo por princípios salvaguardar a qualidade de vida de seus integrantes e a excelência na prestação de serviços à sociedade.

2 O ÁLCOOL E O SER HUMANO

A coexistência do homem e o álcool nos remontam várias situações do envolvimento entre ambos no transcorrer da história, levando a crer no aumento considerável de sua ingestão com o passar dos anos, porém, veremos que o seu consumo indiscriminado altera a ordem e a convivência do homem em sociedade.

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA

O interesse do homem pela bebida alcoólica parece ser tão antigo, quanto a própria existência, sendo talvez o álcool, a droga mais antiga utilizada pelos seres humanos, havendo vestígios de sua existência desde o período paleolítico (WESTERMEYER, 1991 apud BALTIERI, 2004, s.p.). Etimologicamente a palavra álcool origina-se do árabe *al-kuhul*, que significa líquido. Antes dos povos árabes, os pré-históricos, bem como as mais diversas civilizações antigas já dominavam técnicas do preparo das bebidas alcoólicas. Num primeiro momento, as bebidas eram produzidas apenas pela fermentação de frutas silvestres e, por esse motivo, possuía um baixo teor alcoólico.

Com o desenvolvimento e os processos de destilação do álcool contemporâneos, o homem começou a produzir a bebida com uma concentração maior desta substância. Neste contexto, podemos então afirmar que as bebidas à base de álcool são, presumivelmente, uma das mais antigas de todas as drogas usadas pelos homens.

A partir da Revolução Industrial, as bebidas alcoólicas começaram a ser produzidas em série, o que veio a aumentar consideravelmente o número de consumidores e, conseqüentemente, o surgimento de problemas sociais advindo do consumo constante e desmedido do álcool.

Segundo Masur (1990), com o passar do tempo, o consumo da bebida alcoólica se expandiu em praticamente todas as civilizações conhecidas. Devido à veloz expansão de seu consumo, em determinadas sociedades, foi condenada a ingestão desta substância na forma desmedida.

De acordo com Marangoni (2008, p.12):

Podemos encontrar informações sobre o uso do álcool em documentos históricos, como, o Código de Hamurabi (Imperador dos Sumerianos), que regulamenta a comercialização das bebidas alcoólicas. A Bíblia no Velho Testamento menciona o consumo de bebidas alcoólicas e descreve casos isolados de embriaguez.[...] Na Grécia, o filósofo Platão como forma de conter o uso indevido do álcool pela população, evitando o caos e desordem, desaconselhava profissionais cuja atividade imputava a responsabilidade de cuidar e em alguns casos a sua própria, a exemplo dos juízes, marinheiros condutores de naus, militares combatentes que necessitavam estar em perfeita condição psíquica para exercê-las. Ainda Platão acreditava a ingestão de bebidas não só reduzir o desempenho sexual dos casais como sendo um dos fatores responsáveis pelo surgimento de crianças não perfeitas.

Há registro na Bíblia Cristã, mais precisamente no Velho Testamento, fazendo alusão ao consumo de bebidas alcoólicas e descreve casos isolados de embriaguez (FORTES & CARDOSO, 1991, p. 24). O álcool além de ser consumido constantemente em diversas festividades religiosas e solenidades sociais, também possuíam uma finalidade medicinal. Os médicos egípcios, há 4.000 anos, prescreviam vinho e cerveja aos pacientes como calmante e anti-séptico.

A partir do século XVIII, o conceito do consumo constante e desmedido de bebida alcoólica veio à tona e passou a ser visto sob uma óptica psiquiátrica e médica, onde o consumo excessivo começou a ser relacionado com o conceito de enfermidade. (BALTIERI, 2004).

2.2 ALCOOLISMO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a droga como sendo qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento. Porém, à respeito do alcoolismo, a OMS entende como sendo um transtorno crônico do comportamento, manifestado por consumo repetido de bebidas alcoólicas.

O alcoolismo tem como característica, a ingestão continuada e imoderada de bebida alcoólica. O termo supramencionado foi utilizado primeiramente como substantivo que designa um tipo de enfermidade, após estudos realizados pelo médico sueco Magnus Huss (*apud* FORTES & CARDOSO, 1991, p. 46), em 1849. Para Huss, o alcoolismo significava exclusivamente uma doença do corpo e de interesse exclusivo da medicina, tratável apenas

com medicamentos fármacos, e ainda, ao contrário do que se imaginava, o indivíduo alcoolista não se tratava de um viciado, mas sim de enfermo.

Segundo o site *@@sobriedade on line*¹, em 1935, na cidade de Akron, localizada no Estado de Ohio, nos Estados Unidos, após o encontro de Bill Wilson, um corretor da Bolsa de Valores de Nova Iorque e do médico cirurgião Robert Holbrook Smith, mais conhecido como Dr. Bob, onde ambos eram alcoolistas e já haviam sido desenganados pelos médicos. Após se conhecerem e compartilharem seus problemas e aflições, eles fundaram um grupo social, sem fins lucrativos, denominado de Alcoólicos Anônimos (AA), que é constituído por homens e mulheres, alcoolistas que compartilham suas experiências no intuito de resolverem seus problemas comuns, buscando refletir sobre como alcançar a abstinência. O grupo tem como escopo também a dedicação de acolher e reabilitar as pessoas que reconhecem o álcool como uma enfermidade e que pode ser tratada, sendo o único requisito para tornarem-se um membro, o desejo de parar de beber. O propósito primordial é manterem-se sóbrios e ajudarem outros alcoólicos a alcançarem a sobriedade. Não há necessidade de pagar taxa ou mensalidades, não estão vinculados a nenhum grupo religioso, partido político, organização ou instituição.

Fundamentado em diversas pesquisas científicas, o médico americano Emil Jellinek² (1960), desenvolveu um novo entendimento sobre o termo alcoolismo, onde, após estudar o alcoolismo sobre vários aspectos, dentre eles do ponto de vista fisiológico, cultural e social, bem como, baseando-se em dados estatísticos, fez a primeira tentativa de sistematizar os estudos de seus pacientes que tiveram um longo período de consumo de álcool, classificando-os em cinco tipos, sendo eles: alfa – caracterizado pela dependência psicológica, sem evolução para uma dependência fisiológica; beta – caracterizado por complicações físicas que envolvem um ou mais sistemas orgânicos; gama – caracterizado por aumento da tolerância, perda de controle e síndrome de abstinência após a interrupção do consumo do álcool; delta – caracterizado por aumento da tolerância, sintomas de abstinência e incapacidade de abster-se, mas sem perda do controle sobre a quantidade consumida em qualquer ocasião; e épsilon – ingestão periódica, beber compulsivo.

1 *@@SOBRIEDADE ON LINE*. A história de AA – Seu nascimento e desenvolvimento. Disponível em: www.aasobriedade.org. Acesso em: 10 Set. 2011.

2 Segundo o site Tipologia de Jellinek. Disponível em www.araraquara.org.mht. Acesso em: 20 Set. 2011.

Suas teorias alcançaram grande repercussão, vindo a influenciar a literatura da época, inclusive as subsidiadas pela Organização Mundial da Saúde. As proposições de Jellinek ficaram cravadas na história e na literatura, como sendo a primeira definição de alcoólatra utilizada pela OMS. (apud FORTES & CARDOSO, 1991, p.19):

Alcoólatras são bebedores excessivos, cuja dependência do álcool chega a ponto de acarretar-lhes perturbações mentais evidentes, manifestações afetando a saúde física e mental, suas reações individuais, seu comportamento sócio-econômico ou pródromos de perturbações desse gênero e que, por isso, necessitam de tratamento.

Na mesma época, a Organização Mundial da Saúde posiciona-se no sentido de considerar o alcoolismo como sendo uma enfermidade. A denominação adotada pela OMS, para designar a doença relacionada ao uso abusivo do álcool, não incluiu em seu manual a expressão alcoolismo, mas "Síndrome de Dependência do Álcool" e instituiu o Código Internacional n.º 303 para a doença.

Bertolote (1990, p. 17) apresenta a definição utilizada pela OMS:

Estado psíquico e também geralmente físico, resultante da ingestão de álcool, caracterizado por reações de comportamento e outras que sempre incluem uma compulsão para ingerir álcool de modo contínuo ou periódico, a fim de experimentar seus efeitos psíquicos e por vezes evitar o desconforto de sua falta; a tolerância ao mesmo podendo ou não estar presente.

A conceituação de alcoolismo no Brasil apresenta-se de forma complexa, principalmente quando se trata especificamente do alcoolismo crônico. Questões como estas, desde 1964, vem sendo elencadas como foco central de objeto de estudo do alcoolismo, como é o caso do Professor Aníbal Cipriano da Silveira Santos (FORTES & CARDOSO, 1991) o qual separa dipsomania e alcoolismo habitual por estado de carência, considerando o primeiro como distúrbio instintivo de caráter periódico e o segundo, ingestão de álcool como suprimento alimentar.

Segundo Masur (1991, p. 10), o álcool pode ser fonte de alimento:

Uma característica das bebidas alcoólicas, não encontrada em nenhuma outra droga psicotrópica, é a sua peculiaridade de fornecer energia, cada grama de álcool provendo 7 calorias. Fornecendo energia, as bebidas alcoólicas fazem perder a fome; aliado ao seu baixo preço, isto pode fazer do álcool uma droga aparentemente mais atraente que outras substâncias.

Porém, é sabido que o álcool, não pode se comparar com os demais alimentos animais e vegetais, pois ele possui uma quantidade quase que insignificante de vitaminas, de sais minerais, de proteínas, dentre outros nutrientes próprios de uma alimentação saudável. Logo, contribui muito pouco para a nutrição das células do organismo humano. É justamente por isso que a "energia" proveniente do álcool é conhecida como "energia vazia".

No Nordeste brasileiro, os senhores de engenho ofereciam cachaça aos escravos, utilizando-a como uma espécie de *dopping* para o trabalho duro. Assim, estes trabalhavam mais e não sentiam tanto o cansaço proporcionado pelas atividades que eram forçados a desempenhar. Régis (1993) afirma que a cachaça também era utilizada como fornecedor calórico para subnutridos e aliviador da sensação de fome, assumindo também a posição de substituto simbólico para necessidades sociais despertadas e não satisfeitas.

Análogo a outros tipos de drogas ilícitas, uma das peculiaridades marcantes do álcool são os efeitos de alteração da personalidade do indivíduo, ou seja, o álcool exerce um duplo efeito na individualidade humana, sendo que em alguns momentos pode tornar-se um estimulante, fazendo com que as pessoas se desinibam se descontraíam, dentre outras características. Outra vertente do álcool, é que ele pode ter um poder depressor, fazendo com que o indivíduo diminua sua autocrítica, além de inconveniências e desgastes morais. Em tese, e ainda, dependendo de pessoa para pessoa, o álcool quando ingerido em baixas quantidades, poderá servir como um estimulante regozijador; se em quantidades maiores, age como sedativo.

Segundo Saidemberg *apud* Pimentel Junior (2006, p. 21):

[...] o álcool etílico é uma substância com efeitos puramente depressores sobre o sistema nervoso central, apesar dos efeitos paradoxalmente estimulantes ou euforizantes observáveis em muitos usuários, o que o torna uma bebida promotora de animação e desinibição muito propícia às reuniões sociais. Se ingerido em dose mais alta deixará um ser humano inconsciente, portanto, age como um anestésico geral.

Para Masur (1990), assim como os medicamentos fármacos, a ingestão de bebida alcoólica pode ser admitida de forma positiva, desde que haja uma prudência e controle quanto à ingestão, isto é, seus benefícios, dependem diretamente da dosagem, da frequência e das circunstâncias. Entretanto, quando usado de forma inadequada, ou seja, de forma excessiva, poderá ocasionar graves consequências orgânicas, psicológicas e sociais, e sendo caracterizado, com base no manual da OMS, e como já fora acima mencionado, trata-se de uma enfermidade, denominada de "Síndrome de Dependência do Álcool"

Atualmente sabe-se que o alcoolismo alcança, indiscriminadamente, indivíduos de ambos os sexos, independente da faixa etária, classe social ou econômica, grupo religioso ou nível de escolaridade. Puel (1991) afirma que nem mesmo os usuários habituais compreendem exatamente como o álcool os afeta.

O alcoolismo não pode ser relacionado exclusivamente como sendo apenas um conjunto de problemas relacionados ao consumo constante e desmedido do álcool; e sim com o vício de ingestão excessiva e regular de bebidas alcoólicas, e todas as consequências decorrentes de tal enfermidade.

Portanto o alcoolismo é compreendido como sendo um conjunto de diagnósticos. Destarte são características do alcoolismo, a dependência, a abstinência, o abuso (uso excessivo, porém não continuado), intoxicação por álcool (embriaguez), síndromes amnésicas (perdas restritas de memória), demência alucinatória, delirante, e de humor, distúrbios de ansiedade, sexuais, do sono e distúrbios inespecíficos. Por fim o *delirium tremens* (perturbação que é acompanhada por diversos sintomas psíquicos e físicos, tais como: angústia, alucinações, febre, insônia, câimbras dentre outros sintomas), que pode ser fatal.

As palavras e os termos têm força de conferir identidade e, assim, estigmatizar, reduzir uma pessoa a uma única condição, vinda assim a apagar e a negar as demais. Termos como "alcoólatra", conferem uma identidade e atribuem um estigma que anula todas as outras identidades do ser humano. Não é a bebida em si, mas sim aquela pessoa que ingere bebida alcoólica de forma abusiva, desmedida e que, devido a esta condição, é rotulado de forma pejorativa como "alcoólatra", ou seja, aquela pessoa que "idolatra", venera, adora o álcool e por isso, se tornou dependente do mesmo.

Por outro lado, o termo "alcoolista" pode ser visto como uma expressão, menos impregnada de valoração, de estigma, ou seja, não reduz o ser a uma única condição, como a de alcoólatra, e sim o identifica como uma pessoa que tem como característica uma afinidade com alguma coisa, com alguma idéia, podendo ele ser ao mesmo tempo, muitas outras coisas,

inclusive alguém que pode deixar a qualquer momento de ser dependente do álcool. Em suma, isto faria com que a pessoa não se restringisse a uma única condição.

Apesar dessa diferenciação entre os termos “alcoólatra” e “alcoologista”, na literatura brasileira e na língua portuguesa, as palavras continuam sendo usadas, quase que indistintamente, ambas no intuito de expressar o termo, “dependente de álcool”, que cientificamente seria a mais adequada.

Existem outras definições de alcoolismo, as quais se complementam, haja vista que o seu conceito é muito abrangente. Pode se afirmar que é uma doença, resultante da perda do controle do “beber socialmente”, onde o indivíduo torna-se incapaz de parar ou ainda, um transtorno crônico e patológico do comportamento humano, caracterizado pela preocupação indevida com o álcool, em detrimento a saúde física ou mental do ser humano, com perda do autocontrole e atitudes autodestrutivas ao lidar com relacionamentos pessoais e situações cotidianas de vida.

2.3 ÁLCOOL: ASPECTOS SOCIAIS

Os males que o alcoolismo causa aos seres humanos, somente podem ser comparados aos prejuízos que acarretam à coletividade. Para o indivíduo, a perspectiva é de degradação física e moral. Quanto aos prejuízos sociais, estes não se limitam somente as perdas de cunho material, mas também agrega o aumento da insegurança e da violência, bem como a deteriorização do relacionamento humano na família e no meio social em que está inserido.

Inúmeros registros históricos relatam que a questão do envolvimento entre o ser humano e o álcool vai além da simples busca dos efeitos dessa substância, ela existe a milhares de anos e muito provavelmente vai acompanhar toda a história da humanidade.

Segundo Sollero, apud Buchel; Cruz (2011, p.66):

Procurou o homem, desde a mais remota antiguidade, encontrar um remédio que tivesse a propriedade de aliviar suas dores, serenar suas paixões, trazer-lhe alegria, livrá-lo de angústias, do medo ou que lhe desse o privilégio de prever o futuro, que lhe proporcionasse coragem, no ânimo para enfrentar as tristezas e o vazio da vida.

Desde a antiguidade, o álcool vem sendo consumido por diversas sociedades e locais distintos, utilizado em cerimônias e rituais no fito de se obter prazer, diversões e experiências. Os gregos e os romanos usavam o álcool em comemorações religiosas e sociais. Ainda hoje, o vinho é utilizado por diversos segmentos em suas práticas espirituais. (BUCHER, 1986 apud BUCHEL; CRUZ, 2011, p.66)

Partindo deste pressuposto, observa-se que o consumo dessa substância, a princípio, não se apresentava como uma ameaça para as sociedades, tendo em vista que o seu uso estava diretamente relacionado aos rituais, aos costumes e aos próprios valores coletivos, e ainda, na época, não havia estudos científicos, que viessem a comprovar os efeitos maléficos ao corpo e a mente humana.

A mídia, uma das principais fontes de formação de opinião nas mais diversas culturas contemporâneas, através de estratégias de *marketing* e produção, consegue excitar e influenciar as pessoas tanto no comportamento alusivo ao uso do álcool, quanto nas concepções sobre o usuário. Dentro deste diapasão, o álcool tornou-se uma das drogas mais consumidas em todo o planeta, podendo ser encontrada nas formas destiladas, fermentadas, com cores e sabores distintos, sendo encontradas desde os mais sofisticados e elitizados grupos sociais até os menos favorecidos, nos mais diversos continentes, países, estados, cidades, lugarejos, ou tribos, onde sempre haverá um tipo de bebida ligada à própria identidade local.

No início da colonização do Brasil, os portugueses já conheciam o vinho e a cerveja. Os primeiros portugueses ao terem contato com os nativos descobriram o costume indígena de produzir e consumir uma bebida forte, que era obtida após a fermentação da mandioca, denominada de “cauim”. O consumo da bebida estava relacionado aos rituais sagrados e em festividades sociais, inerentes à cultura local.

Segundo Fortes & Cardoso (1991, p. 37), há registros escritos pelos primeiros navegadores portugueses, onde os mesmos relatam que, desde a época do descobrimento, no ano de 1500, os primitivos locais já faziam uso de bebida alcoólica. Como melhor nos explica:

No Brasil, os primeiros portugueses que aqui chegaram, logo se depararam com o cauim, do tupi ka'wi, bebida fermentada preparada pelos índios a partir da mandioca cozida ou de sucos de frutas, como o caju ou o milho, mastigados e depois misturados e postos a ferver em vasilhame especial de cerâmica que, posteriormente, enterravam no chão por alguns dias. Hans Staden, que aqui esteve em meados de 1500, foi aprisionado pelos tupinambás e, em seus relatos, fez várias referências ao

cauim, ingerido em festas belicosas ou religiosas, nas quais muitos deles se embriagavam e cometiam atos desatinados. Léry, que visitou o Brasil em 1557, assinala que a preparação do cauim constituía atribuição exclusiva das mulheres e que os tupinambás só se embriagavam nas grandes comemorações, não ingerindo bebidas alcoólicas por ocasião das refeições.

O ingresso da bebida alcoólica na forma destilada nas tribos indígenas deu-se de forma devastadora, pois as populações indígenas, justamente pelo fato de não disporem de resistência orgânica ao álcool destilado, foram, à medida do tempo, adoecendo.

Mais tarde, com o processo de colonização, pouco a pouco a costa brasileira começou a ser ocupada. Foram divididas as capitanias em pontos estratégicos, do litoral do nordeste ao sudeste da colônia brasileira, onde foram montados vários engenhos, voltados para a plantação e o cultivo da cana de açúcar. Além do açúcar extraído de cana, esses engenhos produziam uma bebida alcoólica conhecida como aguardente, pois para se obter o açúcar a partir da cana-de-açúcar, no processo de fabricação do mosto (caldo em processo de fermentação), os portugueses, acabaram descobrindo um melaço o qual era colocado num cocho para os animais e escravos, denominados de “cagaça”. Posteriormente, esse melaço tornou-se uma bebida destilada em alambique, conhecida popularmente como cachaça. (ANDRADE & ESPINHEIRA, 2008 apud BUCHEL; CRUZ, 2011, p.66)

Tentando evitar possíveis rebeliões, como a luta dos escravos pela liberdade, os senhores de engenho utilizavam a cachaça como uma forma de controle dos escravos, induzindo-os à alienação, amenizando consideravelmente possíveis alterações de conduta daqueles negros.

Atualmente, a bebida alcoólica é classificada, do ponto de vista legal, como sendo uma droga lícita, pois a sua comercialização, bem como o seu consumo, está regulamentada na forma da lei, podendo ou não estar submetida a algum tipo de restrição legal. No caso do Brasil, podemos trazer à baila, dentre outras, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde elenca uma série de proibições quanto ao consumo, venda e outras medidas legais, senão vejamos no art. 79:

As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de **bebidas alcoólicas**, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:
II - bebidas alcoólicas; (grifo nosso) (BRASIL, 1990, s.p)

A Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), de 23 de setembro de 1997, rege sobre a restrição dos condutores de veículos automotores que, sob o efeito do álcool, cuja quantidade no corpo humano é mensurável, podem sofrer vários tipos de restrições administrativas, conforme abaixo, no seu art. 165:

Dirigir sob a influência de álcool, em nível superior a seis decigramas por litro de sangue, ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação.

Parágrafo único. A **embriaguez** também poderá ser apurada na forma do art. 277.

Art. 227. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a teste de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado. (redação dada pela Lei nº 11.275, de 2006) (grifos nossos) (BRASIL, 1997)

Além das sanções administrativas impostas aos infratores entorpecidos com o álcool, a mesma lei infere ao condutor, medidas penais referentes aos crimes cometidos sob a mesma ótica:

Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

Parágrafo único. Aplicam-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, **de embriaguez ao volante**, e de participação em competição não autorizada o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 310. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por **embriaguez**, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança. (grifos nossos) (IDEM)

Na legislação militar, podemos notar a preocupação do legislador em inibir o consumo de bebidas alcoólicas por parte daqueles profissionais que, em virtude de vários fatores, dentre eles o manuseio de armamento bélico, onde por negligência poderá por em risco vidas alheias, buscou-se enquadrar certos dispositivos, tanto na esfera administrativa (Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002 – Regulamento Disciplinar do Exército

Brasileiro), quanto na esfera penal (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar), conforme veremos:

RELAÇÃO DE TRANSGRESSÕES

[...] 109. Fazer uso, ter em seu poder ou introduzir, em área militar ou sob jurisdição militar, bebida alcoólica ou

com efeitos entorpecentes, salvo quando devidamente autorizado;

110. Comparecer a qualquer ato de serviço em estado visível de embriaguez ou nele se embriagar; (BRASIL, 2002, s.p.) [...]

Embriaguez em serviço

Art. 202. Embriagar-se o militar, quando em serviço, ou **apresentar-se embriagado** para prestá-lo:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Embriaguez ao volante

Art. 279. Dirigir veículo motorizado, sob administração militar na via pública, **encontrando-se em estado de embriaguez, por bebida alcoólica**, ou qualquer outro inebriante:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Perigo resultante de violação de regra de trânsito. (grifos nossos) (BRASIL, 1969, s.p.)

Mesmo tendo a sua venda e consumo restrito por legislações específicas, como fora acima mencionadas, o álcool se apresenta de maneira abundante e de fácil acesso, onde a tendência é de que aumente cada vez mais o consumo.

A ingestão de bebida alcoólica, a cada dia que passa, torna-se uma constante na vida do indivíduo, como ser social, fruto de vários fatores, dentre eles a mídia, que tenta apresentar o álcool como um produto vinculado à alegria, transformando o ambiente em puro prazer, apresentando sempre no final, por exigência legal, a dicotomia do “se beber não dirija” ou “beba com moderação”. Os jovens, no fito de se socializarem e se integrarem a determinados grupos ou “tribos” sociais, utilizam-se desta substância como uma “fórmula mágica” de socialização.

A família e a influência cultural são fatores importantes na determinação do padrão de uso e consumo do álcool e outras drogas. Há várias evidências de que os padrões culturais têm papel significativo no desenvolvimento do alcoolismo. Sem, entretanto, ignorar as condições preexistentes de personalidade que podem favorecer a dependência de álcool e outras drogas. (BUCHELE, Marques, Carvalho, 2004 apud BUCHEL; CRUZ, 2011, p.66)

Segundo os autores supramencionados, nesta conjuntura social, a família tem um papel primordial e de suma importância para a formação da personalidade do ser humano, pois é a primeira referência do homem no seio da sociedade, mediadora na relação entre o homem, enquanto ser biológico e individual, e o ser social, onde aprendemos a compreender o mundo e a nos situarmos nele. Ela é a primeira e a principal responsável por nossa formação pessoal, porém não é a única. Pois a mesma é complementada pela escola, que tem o papel de socializar o indivíduo, bem como pelo convívio social da comunidade a qual o mesmo está inserido.

2.4 O ALCOOLISMO: CONSEQUÊNCIAS ÉTICAS, SOCIAIS E CLÍNICAS

Através do alcoolismo, advêm diversas complicações, sendo que em muitos casos, essas complicações, tornam-se uma ameaça para a vida do alcoolista. Além das consequências maléficas causadas a saúde física e mental deste indivíduo, observa-se também, prejuízos relacionados às consequências de cunho moral, econômico, social e familiar, os quais se evidenciam e constituem como sendo um dos principais problemas no controle da doença acima epigrafada.

Entrevistamos a Dr^a Marilene Costa Mendes, Capitã QOSPM - Médica Psiquiatra da Polícia Militar do Estado do Maranhão e membro titular da Associação Brasileira de Psiquiatria, a referida médica afirma que:

Pesquisas mostram que o dependente do álcool apresenta uma predisposição genética do consumo excessivo do álcool. Devido a essas evidências há uma linha de pensamento que acredita que para esses indivíduos não exista o beber socialmente aceitável visto que o contato com o tal substância fatalmente em algum momento lhe desencadearia o processo de compulsão. Esses indivíduos precisariam, segundo tal pensamento, abster-se completamente do álcool e evitar o contato com lugares e pessoas do seu passado que lembrem seus episódios de embriaguez, a fim de evitar que, através de neuroassociação (ligação entre objetos presentes e lembranças emocionalmente marcantes), seu cérebro desperto o centro do prazer (sistema límbico) e reinicie o processo da compulsão ao consumo etílico. (informação verbal)

Na questão familiar, a perda do apoio dos entes, é sem dúvida, a primeira característica do quadro do alcoolista, pois ele perde seu sustentáculo, seu “porto seguro”.

Esta relação torna-se fragilizada, devido a vários fatores, dentre eles podemos citar o surgimento das primeiras agressões verbais e, posteriormente, físicas, a promiscuidade, a intolerância, dentre outros fatores relacionados ao ambiente, o qual engloba a família e os amigos. Além disso, podemos relacionar os prejuízos também na vida conjugal, onde a vida sexual do casal é abalada, tornando-o ainda mais propente ao vício no intuito de esquecer os problemas e afogar suas mágoas.

Do ponto de vista social, há um gradativo distanciamento por parte dos amigos, pois os mesmos começam a perceber o problema e tão logo, tratam-se de se distanciar, abstendo-se de conviver e de ajudar na recuperação daquele indivíduo enfermo, propiciando ao mesmo, uma situação de restrição do convívio dentro dos padrões tidos como normais em uma sociedade. Inicia-se então uma fase de discriminação e rejeição desse indivíduo perante as condutas sociais aceitáveis, consequência, é claro, do mal-estar provocado pela ingestão constante e abusiva de substâncias alcoólicas.

No trabalho, este indivíduo tende a desenvolver um perfil de profissional desmotivado, emocionalmente desequilibrado, fazendo com que este indivíduo enfermo, não consiga obter a tão esperada motivação e reconhecimento profissional.

Especificamente, no âmbito das corporações Policiais Militares, os prejuízos do consumo desmedido e indiscriminado de bebidas alcoólicas, mostram-se muitos mais acentuados, haja vista tratar-se de uma atividade com um elevado nível de estresse, por ser considerada de alto risco, onde os policiais, a cada minuto, poderão decidir sobre a vida de terceiros, bem como também poderão ter suas vidas ceifadas, o que pode ser ocasionado desde um acidente com um de seus principais instrumentos de trabalho, a arma de fogo, bem como nos mais diversos tipos de atendimentos de ocorrências, desde as consideradas, em tese, mais simples até as consideradas mais complexas.

Associada a uma escala de serviço diferenciada e superior a várias classes de trabalhadores legalmente reconhecidas, como também, a remunerações relativamente baixas, estes poderão ser fatores agravantes e com capacidade de gerar transtornos relacionados principalmente às questões como a deficiência da conduta moral, ética e profissional do policial militar, perante o desempenho de suas ações e atividades laborais.

Neste diapasão aflora gradativamente neste profissional alcoolista, a falta de compromisso perante a Instituição, as faltas ao serviço começam a ser mais frequentes, e, quando de serviço, já não rende como se esperava. Sua postura e compostura frente às ocorrências ficam a desejar, o indivíduo adquire uma postura agressiva e atitudes defensivas, contra a reprovação e perdas de amizades e companheirismo por parte de seus subordinados,

pares e/ou superiores hierárquicos. A não caracterização do profissional como alcoolista e o simples consumo em serviço, associado a outros danos, poderão gerar punições disciplinares, bem como a perda do cargo público, que também estão previstos na legislação e regulamentos internos das corporações policiais militares. Podem ocorrer pois, o consumo desmedido do álcool, como tal, poderá ser incluído entre os padrões de erro de conduta e falta de ética profissional trabalhista, incompatíveis com o perfil desejável de um profissional militar de segurança pública.

3 O ÁLCOOL E A ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

Para discorrermos sobre a influência do álcool no desempenho da atividade profissional por parte de agentes da segurança pública, mais especificamente o policial militar, precisamos fazer uma interface com o que realmente faz um profissional desta estirpe e um estudo de como se desenvolve o seu dia-a-dia, para que, aí sim, possamos analisar as conseqüências da dependência alcoólica na atividade policial militar.

3.1 A ESSÊNCIA DO SERVIÇO POLICIAL

Segundo Monet “a presença de uma função policial só é detectada a partir do momento em que a divisão do trabalho se acentua e estruturas diferenciadas de dominação política, religiosa e militar aparecem” (MONET, 2001)

Iniciamos a interpretação da essência do serviço policial em si citando a Grécia Antiga no momento em que se aumenta a complexidade dos aspectos sociais e políticos, fazendo com que a autoridade pública estabelecesse destacamentos de agentes condicionados com o fulcro de manterem a ordem e a segurança nos setores fundamentais da sociedade, resguardando os direitos dos cidadãos através do “poder de polícia”, de acordo com o que é definido por Meirelles como “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (MEIRELLES, 1998).

Em Roma, com a criação do “prefeito da cidade”, no governo de Augusto, vimos surgir um sistema policial de natureza pública, responsável por manter a ordem, com a liberdade de tomar as disposições necessárias, estabelecendo, inclusive, ações penais contra infratores, conforme Monet:

Um estado-maior o assiste, no seio do qual figura o prefeito encarregado de comandar os *vigiles*, que patrulham as ruas a serviço da polícia noturna e da luta contra os incêndios, e os *stationarii*, que permanecem em posto fixo, numa espécie de departamento de polícia de bairro. (2001, p. 35)

Em meados do século XVIII, teve início, na Inglaterra, a Revolução Industrial com a mecanização dos meios de produção, notabilizada pelo desenvolvimento científico e na busca pelas camadas mais altas da sociedade por maiores lucros, menores custos e produção acelerada. Em virtude das grandes reservas de minério de ferro e de carvão mineral, justificava-se a Inglaterra como o país que saiu na frente dos demais países europeus neste importante movimento industrial. Com esse novo sistema, as relações sociais sofreram mais uma divisão, perfazendo as camadas de empresários ou capitalistas, detentores dos meios de produção, e os proletários ou trabalhadores, sendo estes últimos definidos como a camada menos abastada, detentores da força de trabalho.

No período de 1860 a 1900, registrou-se a segunda fase da Revolução Industrial, difundindo os princípios da industrialização em outros países, tais como: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e Japão. Com o emprego de novas formas de energia, a concorrência de mercado cresce, tornando mais eficientes os métodos de produção, acelerando a produção, baixando os preços dos produtos e estimulando o consumo. Nesta complexidade laboral, notou-se o aumento da urbanização, decorrente das migrações oriundas do campo, provocando o crescimento desordenado das cidades, acrescendo substancialmente os problemas sociais. O aumento do desemprego, a falta de qualificação profissional e educação, somando-se as precárias condições de moradia que atingiram o proletariado e aqueles que migraram do campo para a cidade, produziram problemas até então pouco disseminados naquele meio social, senão vejamos: a prostituição, o alcoolismo, os pequenos furtos, desordens e brigas, dentre outros.

Em virtude do acima exposto, no século XIX, na Europa, a atividade policial começa a ter um conceito de assegurar a defesa da coletividade contra os perigos no próprio seio da sociedade, controlando situações de manutenção da ordem e segurança da coletividade. Na Europa do Sul, naquela época, houve um aumento considerável da população urbana, principalmente, em virtude da chegada dos aldeões que, por não se integrarem à nova realidade, não conseguiam empregos e, os que conseguiam, obtinham baixos salários, tornando complexa a vida daquela sociedade. Tal conjuntura transformou aquela situação em sérios problemas sociais, exigindo mais ainda a reação do Estado em resolvê-los através do serviço policial.

Neste prisma, podemos sintonizar os dias atuais com os problemas reconhecidos nesta época de Revolução Industrial, os quais se agravam, conforme o passar dos tempos, de acordo com as mudanças do mundo pós-moderno. Estas mudanças nos fazem lembrar a definição de vida líquida, trazida por Zigmunt Baumam (2005b, p.8): “A vida líquida é uma

vida precária, vivida em condições de incerteza constante”. Esta liquidez diz respeito às constantes mudanças que acontecem no mundo pós-moderno, em detrimento à solidez do mundo moderno, com suas ideologias fortes, pesadas e orientativas.

3.2 A MISSÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR

No Brasil, as Polícias Militares são os órgãos estatais responsáveis pelo policiamento ostensivo e, juntamente com as outras polícias que veremos adiante, pela preservação da ordem pública. Porém cabe tão somente a Polícia Militar a missão de polícia ostensiva onde, através da visibilidade fardada e bem caracterizada, tenta inibir preventivamente ou até coercitivamente qualquer alteração da ordem social.

Para falarmos da missão constitucional das Polícias Militares, teremos que tecer comentários à cerca das definições de segurança pública e ordem pública, por serem de vital importância no entendimento dos artigos constitucionais a que o caso retrata.

Com relação à segurança pública, em virtude da complexidade social a que o Estado se apresenta, exige-se do Poder Público uma atividade na qual se tenha como escopo a proteção da cidadania, prevenindo e controlando manifestações criminosas e das mais variadas vertentes, cujo conceito se defina como violência, onde, nos rigores da lei, se possa garantir o cumprimento dos direitos e deveres inerentes a cada membro da sociedade.

A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 144, discorre sobre o dever estatal em “preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, **Polícias Militares** e Corpos de Bombeiros Militares”. (grifo nosso) (BRASIL, 2011)

Segundo Silva (2007, p. 18):

As forças de segurança buscam aprimorar-se constantemente, para atingir níveis que alcancem a expectativa da sociedade como um todo, pelo respeito alicerçado na defesa dos direitos fundamentais do cidadão e, sob esta perspectiva compete ao Estado garantir a segurança de pessoas e bens na totalidade do território brasileiro, a defesa dos interesses nacionais, o respeito pelas leis e a manutenção da paz e ordem pública.

Quanto às garantias que competem ao Estado, o mesmo autor coloca ainda que:

O conceito de segurança pública não se limita à política do combate à criminalidade e não se restringe à atividade policial. A segurança pública, enquanto atividade desenvolvida pelo Estado, é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos. (IDEM)

Através da Carta Magna, promulgada em 1988, vimos que existe uma série de órgãos capazes de gerir o objetivo de dar aos cidadãos o direito da segurança pública, cada um em sua área específica, ficando para as polícias militares, um dever de abrangência muito maior, intercedendo praticamente em todas as áreas vinculadas às demais forças estatais, cujas missões esbarram em limites de competências, tornando a missão policial militar bem mais abrangente. Senão vejamos na Constituição Federal, em seu art. 144:

§ 5º - Às Polícias Militares cabem a Polícia Ostensiva e a Preservação da Ordem Pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbem a execução de atividades de Defesa Civil. (BRASIL, 2011, s.p.)

Sendo o escopo da Segurança Pública, a Ordem Pública obriga o poder estatal a direcionar suas forças para mantê-la, tentando, com isso, buscar a ausência do caos e desordens, priorizando-se sempre a harmonia social de seus integrantes.

Segundo Moreira Neto apud Pimentel Junior (2006, p.35):

Quando a ordem se refere a toda organização da convivência pública de uma sociedade, temos a ordem pública. É, portanto, a disposição interna da organização social das interações interindividuais públicas, permanentes ou ocasionais, que viabiliza a convivência pública. Em consequência, quando a segurança se refere à garantia de toda a ordem pública de uma sociedade, temos a segurança pública.

Seria utópico acreditar em uma sociedade completamente isenta de crimes, entretanto, é fundamental que a administração pública, através dos órgãos competentes,

busque continuamente a minimização dos índices criminais, fomentando a sensação de segurança e a ordem necessária ao desenvolvimento social.

Neste sentido, retomando o foco deste trabalho, verifica-se a plena incompatibilidade de comportamentos de natureza anti-social e que deságüem em desarranjos físico-psicológicos, por parte dos integrantes das forças de segurança pública – a exemplo do alcoolismo, e as ações que estas instituições cotidianamente desenvolvem, na busca pela Paz Pública.

No próximo tópico, portanto, passamos a uma análise mais detida acerca dessa incompatibilidade.

3.3 A INFLUÊNCIA DO ALCOOLISMO NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

Iniciamos esta seção relacionando o choque da carga da atividade policial militar com um ser humano que é formado com o fito de lidar com as conseqüências e solucionar alguns dos conflitos inerentes à sociedade contemporânea na qual ele mesmo faz parte.

3.3.1 O reflexo do estresse na atividade policial militar

Levando-se em consideração a atual conjuntura social, nota-se sua caracterização pela desigualdade de oportunidades de vida, ou seja, vivência de situações e acesso de recursos desiguais perante as diversas classes, como por exemplo: trabalho, habitação, educação, saúde e participação política. Ainda nesse prisma, estamos vivendo em um horizonte de disseminação das representações sociais da violência, espetacularizando cenas de maneira a tornar sensacional o mundo ordinário.

A globalização presente no mundo pós-moderno produz a facilidade da disseminação de novas tecnologias que, através de veículos de comunicação de massa, facilitam a dispersão de notícias que, não raro, produzem realidades diversificadas sobre um mesmo fato, no escopo de “vender” essas mesmas notícias. Assim, verifica-se a sensação de permanente mudança no meio social em que vivemos, revestindo de complexidade a vida em sociedade. Lembramos novamente Bauman, no que diz respeito ao pensamento pós-moderno

em se achar natural transformar o mundo de acordo com a idéia elaborada na mente de cada ser. De acordo com o autor, “a mente moderna nasceu justamente com a idéia de que o mundo pode ser transformado. A modernidade refere-se à rejeição do mundo tal como ele tem sido até agora e a decisão de transformá-lo” (BAUMAN, 2005d, p.93)

Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, as práticas de violência são inseridas como norma social, perfazendo dúvidas sobre seus verdadeiros conceitos, fazendo surgir novos dilemas e problemas sociais, em uma nova era de conflitos. Trata-se da extrusão do contrato social e dos laços inerentes a ela, notadas nas instituições socializadoras, como nas escolas, nas religiões, nas indústrias e nos próprios sistemas penais, que deveriam garantir o controle dos indivíduos com atitudes que fossem de encontro à lei, responsáveis pela preservação das garantias constitucionais de ordem pública, todas vivendo um processo de ineficácia, perfazendo uma fase de crise crônica.

Nesse clima de enredamento social, exigem-se, hoje, dos policiais militares, responsáveis constitucionalmente por essa ordem social, atitudes profissionais mais complexas, onde vislumbre naquele profissional a capacidade incansável de resolver problemas sociais que encampam diversas nuances, pressupondo-lhe completamente capaz, sem levar em consideração seu momentâneo estado emocional, físico e intelectual.

Características como discernimento, lucidez, aptidão física, conhecimento legal e ético, educação e bom senso são exigidos incessantemente deste profissional que hoje, em virtude da complexidade social em que vivemos, causa-lhe uma sobrecarga de cobrança tremenda que muitas vezes culmina com o aumento do estresse e seu adoecimento.

A atividade policial militar, geralmente, ocorre num ambiente muito diversificado, estando diante de ocorrências que exigem uma atuação especializada (rápida, precisa, eficiente e eficaz), num atendimento à sociedade onde qualquer deslize pode significar perder sua própria vida. E por se tratar de uma atividade de alto risco, é exigida do militar uma demanda físico-mental superior, para uma garantia na eficiência de sua performance.

Destarte, pesquisas da OMS apontam que em qualquer atividade laboral a qualidade de vida tem a ver tanto com a produtividade quanto com o próprio indivíduo, além de sua interação de forma satisfatória com a instituição em que exerce atividade. O estresse desenvolvido e acumulado no serviço policial militar, além dos distúrbios emocionais, pode originar um número significativo de problemas nos hábitos de saúde, incluindo doenças como o excesso de peso, o tabagismo e em especial, o objeto de estudo desse trabalho: o alcoolismo.

Com isso o policial militar vive um dilema social no qual, ao mesmo tempo em que lhe é cobrado para ser um herói pronto para resolver os mais variados problemas sociais,

por outro vislumbra a sobrecarga de serviços, concomitante aos baixos salários e péssimas condições de trabalho impostos por este sistema.

Com uma jornada de trabalho que superam às 40 horas semanais de um trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), paralelamente, em virtude da baixa remuneração que recebe, este profissional, em muitos casos, exerce outras práticas que rompem as diretrizes que se associam com a vida cotidiana do trabalho militar. É a necessidade de realizar os chamados “bicos”, totalizando uma dupla jornada de trabalho.

Diante destas situações, o policial militar vive o que nós poderíamos chamar de paradoxo em sua profissão, pois ao mesmo tempo em que é visto como um ser protetor nas situações mais difíceis, respeitado e admirado pela comunidade, não consegue converter este respaldo em melhorias salariais e de condições de trabalho.

Fazendo uma intersecção com a realidade, a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na capital do Estado, atuando de maneira a prevenir ou a coibir ações de natureza criminosa ou que ponha em risco a paz e a ordem pública, atendeu, no ano de 2010, 84.317 ocorrências das mais diversas naturezas, que se destacam conforme abaixo, segundo dados do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP):

QUADRO 01 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO CIOSP NO ANO DE 2010, NATAL-RN.

OCORRÊNCIAS 2010	TOTAL	MÉDIA DIÁRIA
CHAMADAS ATENDIDAS	84317	231,0
OCORRÊNCIAS ASSISTÊNCIAIS	1331	3,6
SEM ALTERAÇÃO NO LOCAL	27566	75,5
OFENSOR DEIXOU A CENA	18778	51,4
RESOLVIDO NO LOCAL	13748	37,7
INTERESSADO/ENDEREÇO NÃO LOCALIZADO	11308	31,0
ENCAMINHADO À DELEGACIA	5103	14,0

Fonte: NAE/CIOSP 2010.

Chamamos a atenção, que independente da gravidade ou não da ocorrência a ser atendida, o policial invariavelmente passa por três momentos sob estado de estresse, que se configuram em: 1) pré atendimento – momento que se estende da comunicação do fato à guarnição policial até a chegada ao local da ocorrência; 2) atendimento propriamente dito –

momento que vai da chegada ao local até o desfecho final do fato; e 3) pós-atendimento – quando o policial, gradativamente, volta à calma.

Além disso, destacamos que algumas viaturas, em virtude da área na qual são empregadas, acabam sendo bem mais exigidas que outras, influenciando no desempenho e no estresse do serviço ordinário. Tais situações nos levam a crer na individualização das características dos serviços de cada guarnição, no que diz respeito ao tipo de estresse e na fadiga inerente a cada uma delas.

Dejours apud Benedicto el all (2007) destaca a existência de quatro fatores que influenciam diretamente no processo de estresse laboral, são eles: urgência de tempo, responsabilidade excessiva, falta de apoio, expectativas excessivas de nós mesmos e daqueles que nos cercam e a ergonomia.

Com relação aos policiais militares, a urgência de tempo é inerente ao serviço de policiamento ostensivo, pois é justamente nessas ações reativas que se exigem rapidez e eficiência em suas atitudes. O tempo é relevante para se ter sucesso nas ações em resolver situações de crise. Nele também se enquadra a responsabilidade excessiva da função constitucional em garantir a ordem pública através de atos repressores e preventivos. O profissional de segurança pública, mais especificamente o policial militar, tem como papel intrínseco a responsabilidade de promover o bem-estar da população, mantendo a calma, controle e coerência em suas ações. Tais fatos levam-no a defrontar-se o tempo todo com o seguinte paradoxo: expectativas da população em detrimento à limitação de competência legal a que cada caso requer.

A falta de apoio é outra realidade vivenciada pelos profissionais de segurança pública. Dentre inúmeras coisas, podemos destacar a dualidade vivenciada pelos policiais frente aos que lhes seriam de natureza básica e primordial, a saber, a manutenção de sua própria segurança. Em muitos Estados, como no Rio Grande do Norte, existem pequenos programas sociais de moradia, como também, a assistência prestada pelo Hospital da Polícia Militar “Coronel Pedro Germano”, na tentativa de sanar problemas existentes com a falta de serviços de saúde direcionados a esse público alvo. Todavia, dentro dos batalhões e unidades policiais o apoio nem sempre se efetiva, e as relações hierárquicas, muitas vezes, contribuem para isso.

Além desses fatores, a dinâmica de trabalho do Policial Militar possui características bastante peculiares, no que tange a privação do sono, à falta de otimismo nas perspectivas profissionais, o perigo constante de morte, dentre outros.

Os indivíduos que trabalham em regime de escala diuturnamente, como é o caso dos policiais, geralmente apresentam um sono de má qualidade em decorrência do conflito entre atividades laborais matinais e noturnas, excesso de ruídos diurnos, além da própria alteração em seu ciclo biológico. Essa má qualidade do sono acaba perfazendo estados de sonolências durante o período de trabalho, ocasionando, muitas vezes, acidentes, desinteresse, ansiedade irritabilidade, perda da eficiência e aumento do estresse. Essas alterações também podem desencadear sintomas depressivos, concorrendo para o aparecimento de novas doenças até então obscuras na vida daquele profissional.

A esperança, perspectiva ou expectativa otimista é uma das motivações que mais aliviam as tensões do cotidiano. Porém, dentro da corporação miliciana norte-riograndense, vislumbramos uma dificuldade em se realizar concursos de admissão às graduações de cabos e sargentos, dentre outros, tornando a ascensão funcional destes profissionais de difícil execução por parte das políticas internas a que são submetidos.

Com relação à ergonomia, o conforto humano em seu trabalho deve ser sempre considerado. Atividades que exigem posições danosas à saúde, repetição de exercícios causadores de fadiga, e permanência exagerada em atitudes cansativas fazem parte das exigências posturais a que são submetidos os policiais no transcorrer de suas atividades. Além disso, materiais e equipamentos de uso obrigatório expõem ainda mais esses profissionais ao cansaço físico, tais como: o uso de coletes balísticos, o porte de fuzis e pistolas com seus respectivos carregadores, que aumentam em muito o peso transportado nas atividades cotidianas.

Outra característica peculiar da atividade policial militar é o constante risco de morte. Este profissional, permanentemente, está exposto às situações de risco iminente, despertando sentimentos de ansiedade e medo. Conforme Kovacs (1992, s.p) o medo é a resposta psicológica mais comum diante da morte e desempenha papel vital na auto-preservação, entretanto, pode suscitar reações ansiosas e favorecer um estado geral de ansiedade patológica.

Diante das questões abordadas, nota-se a propositura deste profissional em buscar soluções para se conviver com os problemas inerentes ao trabalho, quando, muitas vezes, certos recursos não faz parte de suas reais possibilidades. Na realidade dos fatos, buscamos estabelecer o que acontece com este sujeito frente a um problema disseminado no meio social, o alcoolismo, enquanto sintoma e sinalização de sofrimento, utilizado como fuga do estresse laboral a que lhe é intrínseco.

3.3.2 Metodologia e análise da pesquisa de campo

Nos capítulos anteriores, discorremos acerca da influência do alcoolismo na civilização, durante o transcorrer da história da humanidade, buscando sempre uma intersecção entre o consumo ético e a facilidade da dependência química em razão da atividade profissional na qual é inserido aquele indivíduo.

Visando garantir uma correta análise da influência do alcoolismo na atividade cotidiana da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, realizamos uma pesquisa de campo para constatar, na prática, o que realmente se passa na vida dos nossos operadores da segurança pública, especificamente nos policiais militares.

A elaboração do presente trabalho científico, fundamenta-se na execução de um conjunto de procedimentos metodológicos empregados na investigação e análise dos elementos que justificassem a existência do problema observado.

Para alvitrar as bases lógicas à verificação científica, foi utilizado na pesquisa o método dedutivo com análise de conteúdo, procurando sempre afirmar as hipóteses que tornam a ingestão desmedida do álcool, como sendo incompatível com o desempenho da atividade policial militar. Destarte, será possível chegar a uma conclusão sobre a importância do objeto da pesquisa através de uma cadeia de raciocínios em ordem descendente, analisando a abrangência do tema, partindo do geral para o particular.

Considerando a necessidade de levantar as mais recentes e importantes referências sobre a temática, os procedimentos técnicos metodológicos partiram da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, tendo em vista a possibilidade de permitir uma ampla investigação da problemática, culminando com uma revisão da literatura que fomente uma discussão com rigor científico. Esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em material outrora elaborado, constituído de fontes diversas de informações escritas disponíveis para coletar dados gerais ou específicos a respeito do tema.

Conforme afirma Godoy (1995, p.62) “a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento. Além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados.” Com isso, seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos, utilizando-se procedimentos que abordam aspectos históricos, científicos e estatísticos. Dela faz parte à obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

Partindo desse pressuposto, no que cerne a metodologia de abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa e quantitativa, visando complementar o levantamento de dados atinentes à pesquisa, com elaboração e aplicação de um questionário a policiais militares que trabalham nas unidades operacionais da capital da PMRN.

O público-alvo desta pesquisa constituiu-se basicamente de Praças do sexo masculino, pertencentes à instituição Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Destarte, delimitamos o tema da pesquisa em uma área geográfica de abrangência do policiamento do município de Natal, capital do Estado, englobando, com isso, os quatro batalhões, denominados de “área”, responsáveis por esta missão, sendo conferido como se segue: o 1º BPM, responsável pela zona leste, com um efetivo de 268 policiais; o 4º BPM, responsável pela zona norte, com 353 policiais; o 5º BPM, responsável pela zona sul, com 348 policiais; e o 9º BPM, responsável pela zona oeste da capital, com 297 policiais, perfazendo um total de 1266 policiais militares.

Para tanto, por não sabermos ao certo a quantidade de policiais consumidores de álcool, utilizamos da seguinte fórmula, segundo Gilberto de Andrade (2002):

$$n = \dots\dots\dots \frac{Z^2 pq N}{d^2 (N-1) + Z^2 pq}$$

Onde:

“Z” é a variável extraída da tabela extraída de Gilberto de Andrade (2002, p. 363);

“d” é o erro comumente utilizado por desconhecer a proporção do foco da pesquisa tomado na referida tabela (0,052);

“pq” refere-se à variabilidade do fenômeno estudado (p = 0,5 e q = 0,5);

“n” é o tamanho da amostra aleatória a que se quer calcular;

“N” é o tamanho da população total (1266).

Utilizamos o valor de Z como sendo de 1,96, já que utilizamos a percentagem de 95% de confiança, estipulada pelo pesquisador ao público-alvo.

Substituindo, teremos:

$$n = \frac{(1,96^2) (0,5) (0,5) (1266)}{(0,052^2)(1266-1)+(1,96^2) (0,5)(0,5)}$$

n = 277,56

Arredondando tem-se:

n= 278

Assim, o espaço amostral será de 278 policiais militares entrevistados.

Buscamos ainda dados junto a alguns policiais militares envolvidos no processo de tratamento e reabilitação do CIASP, para verificar os prejuízos trazidos ao desempenho pessoal e profissional, assim como a relevância dada ao tema no âmbito da Corporação.

Quanto aos objetivos metodológicos, optamos pela pesquisa descritiva, a qual se fundamentou na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo, utilizando-se, como suporte teórico, trabalhos monográficos, livros, artigos, dissertações de mestrado, revistas científicas, arquivos na Internet etc. Utilizamos ainda da aplicação de questionários com perguntas fechadas e semi-abertas (Apêndice A), direcionados a policiais militares da capital, objetivando, ao final da pesquisa, dados comparativos de real valor, para posterior avaliação, de suas causas e conseqüências, na performance da atividade policial militar, no que cerne ao problema do consumo da substância e a importância do seu tratamento.

Todos esses instrumentos tiveram a finalidade de encontrar respostas pertinentes ao problema formulado, buscando dessa forma, uma fundamentação teórica coerente, abordando tanto o aspecto histórico quanto comparativo no intento de que estes possam embasar as matérias abordadas e que, por sua vez, dêem suporte às análises subseqüentes no sentido de que os objetivos elencados possam ser alcançados e demonstrados.

Sobre a escolha da metodologia de pesquisa qualitativa, a opção por ela se deu por entendermos que uma das características principais deste estudo fundamenta-se na necessidade de sua verificação “*in loco*”, justamente pelo fato de ser a realidade vivenciada pelos policiais militares. Dessa forma, esses locais devem ser entendidos no contexto histórico social da instituição as quais pertencem.

No intuito de atingirmos o que propomos no presente trabalho, nos subsidiamos da pesquisa social, onde utilizamos a amostragem acima referenciada. Para obtermos uma fundamentação lógica de investigação, utilizamos questionários (Apêndice A), os quais foram

direcionados aos policiais militares do quadro das praças, do sexo masculino, divididos por faixa etária, graduação, escolaridade, estado civil, bem como pelo tempo de serviço na corporação Policial Militar do Estado do Rio Grande do Norte, e em particular dos batalhões de áreas sediados no município de Natal.

Segundo material da revista Debates em Psiquiatria, de mar/abr 2011:

[...] Muitas características tais como gênero, etnia, idade, ocupação, grau de escolaridade, estado civil, podem influenciar o uso abusivo de álcool, bem como o desenvolvimento da dependência. A incidência é maior entre os homens do que entre as mulheres. O mesmo se repete entre os mais jovens, especialmente na faixa etária dos 18 aos 29 anos, sendo que o consumo declina com a idade.

Buscou-se não só a simples coleta e organização estatístico-quantitativa de dados, mas uma interação entre os dados empíricos e os marcos teórico-explicativos. Assim, a reflexão teórica e a observação empírica são conjugadas de maneira dialética de forma a levar uma melhor compreensão da realidade vivida na área operacional da Polícia Militar. Como também, tivemos o cuidado de não individualizarmos os batalhões, generalizando todo o efetivo de policiais militares dos batalhões das áreas que dividem o município de Natal, evitando, com isso, rotular ou macular a imagem de um determinado bpm onde, para tanto, não solicitamos a identificação dos entrevistados.

Quanto às técnicas de análise e interpretação dos dados, na pesquisa quantitativa os dados foram somados e/ou multiplicados, verificando-se a frequência e calculada a porcentagem de cada categoria em relação ao total, descrevendo-se os resultados e interpretando-os, para em seguida representá-los em gráficos, conforme o que se segue:

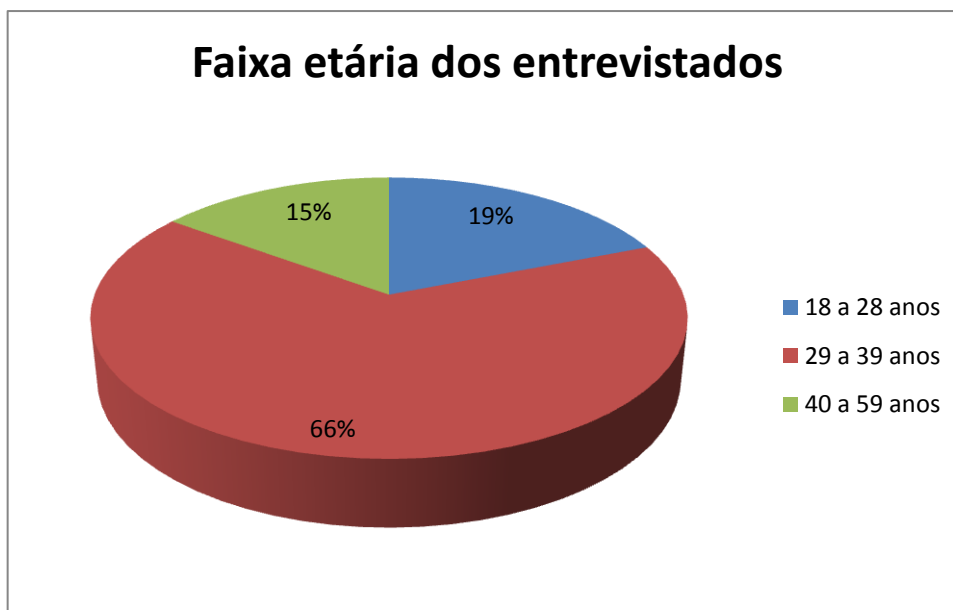


Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Quanto à faixa etária do público-alvo da presente pesquisa, observou-se que dentre os entrevistados, 19% possuem entre 18 e 28 anos de idade; 66% responderam que tinham entre 29 e 39 anos; 15% declararam que possuem entre 40 e 59 anos e nenhum dos entrevistados encontrava-se na faixa etária dos que tinham mais de 60 anos de idade. Analisando as faixas etárias, percebe-se nitidamente que a maioria dos entrevistados possui uma idade sobre a qual podemos afirmar que já são humanamente maduros, pois se trata de uma pessoa que já possui, em tese, devido à idade, uma relativa bagagem de vida.

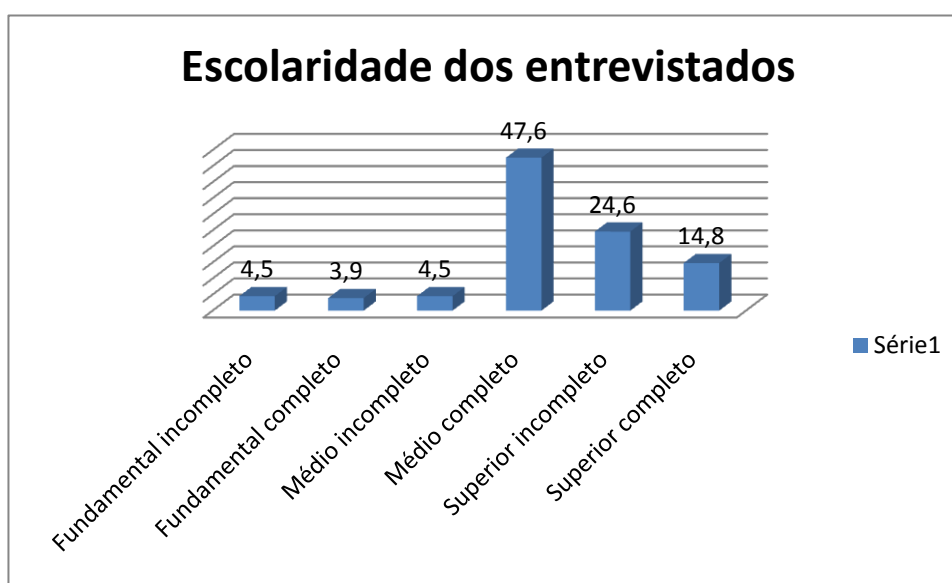


Gráfico 2: Escolaridade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

No quesito escolaridade, podemos observar que entre os entrevistados, 3,9% responderam que concluíram o ensino fundamental; 4,5% responderam que possuíam o ensino fundamental incompleto; 47,6% responderam que já haviam concluído o ensino médio; 4,5% responderam que ainda não tinham concluído o ensino médio; 14,8% afirmaram já terem o ensino superior completo e o restante dos entrevistados, ou seja, 24,6% responderam que ainda não completaram o ensino superior.

Analisando os dados supramencionados, percebe-se claramente que quase a metade dos entrevistados possui o ensino médio completo, seguido dos que já possuem ou estão em fase de conclusão de um curso superior. Em contrapartida, observa-se que apenas um pequeno percentual hoje na corporação, cerca de 8,4 %, possuem apenas um ensino básico, sendo estes os mais antigos, tendo em vista que desde a década de 90, o ingresso nas fileiras da corporação obriga o candidato a possuir, no mínimo o ensino médio. Neste diapasão, podemos afirmar que, para o tratamento tornar-se eficaz, o indivíduo enfermo tem que ter uma consciência da gravidade de sua doença, bem como das suas consequências para a sua saúde física e mental, daí a importância da informação. Como podemos observar logo abaixo, a questão da escolaridade é um fator associado diretamente ao alcoolismo. Vejamos em Lage (2009, p.48):

(...) Estudos sugerem que o alcoolismo está inversamente relacionado à escolaridade, ou seja, quanto menor for o nível de escolaridade de um sujeito, maior será a chance de ele desenvolver o alcoolismo. Provavelmente, pessoas com maior escolaridade têm maior consciência dos danos provocados pelo álcool e evitariam, dessa forma, o seu uso abusivo. Aqueles com um grau mais baixo de escolaridade teriam menor discernimento e capacidade para ponderar sobre as consequências nefastas do álcool.

Entretanto, observa-se também que entre os entrevistados que consumia a bebida alcoólica, 41% deles possuíam o ensino médio completo, 26,14% possuíam o ensino superior incompleto e 18,2%, portavam o diploma de nível superior, perfazendo um total de 85,34% dos entrevistados que possuíam, no mínimo, o ensino médio. Porém este fato não sugere que todos os consumidores acima expostos sejam tratados como alcoolistas.

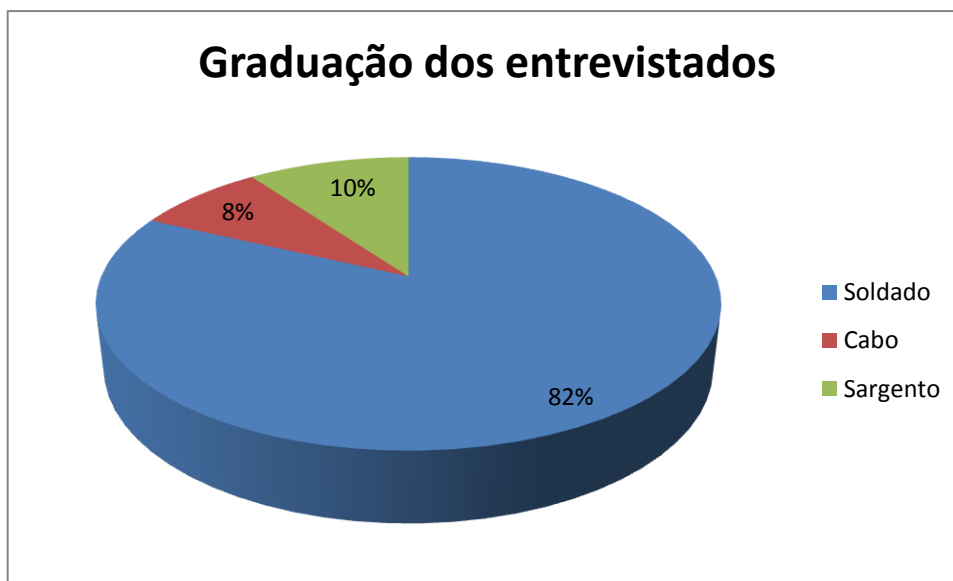


Gráfico 3: Gradação dos entrevistados

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Observa-se que a base da pirâmide humana das Instituições é formada pelos servidores que executam os serviços básicos e essenciais para o pleno funcionamento das atividades mais complexas. Conhecidos também como os pontas-de-lança, “massa operária”, e que de forma análoga, nas Instituições militares, trata-se do ciclo dos cabos e soldados policiais militares, ou seja, são estes profissionais, que são diretamente responsáveis pela execução e suas possíveis consequências durante a execução das diversas atividades fim da corporação, lidando de forma constante com a rotina estressante inerente ao serviço policial militar. Com base nesta premissa, o estudo em tela teve como alicerce basicamente a opinião destes profissionais, pois como podemos observar, no gráfico 3, dentre o universo dos profissionais entrevistados, 82% são soldados e 8% cabos; logo, trata-se de um público que abrange 90% do total de entrevistados. Os 10% do restante dos entrevistados são compostos por sargentos. No período da aplicação dos questionários não havia nenhum subtenente presente nas unidades militares visitadas.

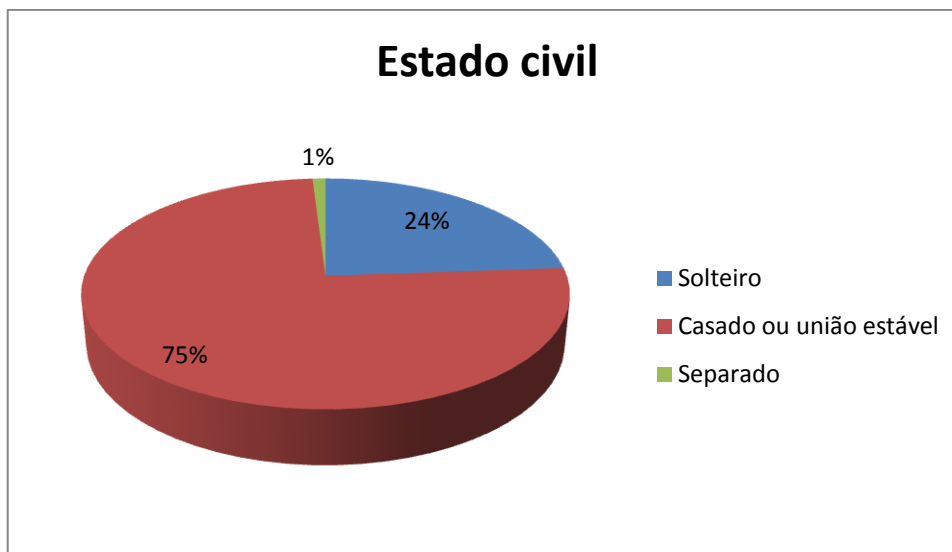


Gráfico 4: Estado civil

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Conforme verificado no gráfico 4, o público da presente pesquisa é predominantemente composto por indivíduos casados, onde 75% de todos os entrevistados informaram ser casados, 24% encontram-se ainda solteiros e apenas 1% informaram estar separados. Logo, sendo a família, comprovadamente, um alicerce para a estrutura do ser humano, observa-se que os indivíduos entrevistados, nos casos dos solteiros e casados, em tese, possuem uma base familiar estruturada, o que nos proporcionará, também em tese, um grau mais elevado de confiabilidade para com os resultados obtidos na presente pesquisa.

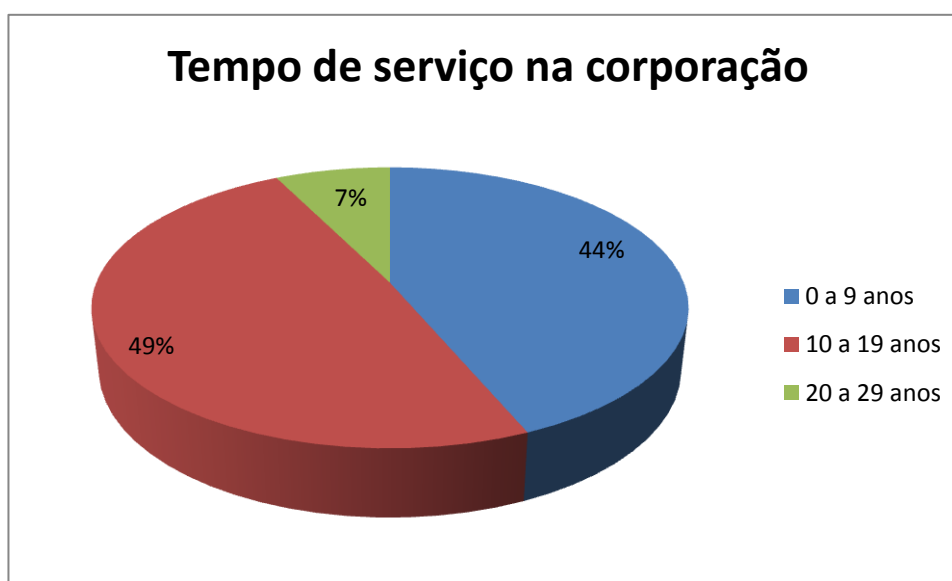


Gráfico 5: Tempo de serviço na corporação

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Durante a pesquisa, notamos que grande parte dos entrevistados, ou seja, 49% estão nas fileiras da corporação por um período de 10 a 19 anos de serviço, tempo suficiente para que o profissional de segurança pública vivencie os mais diversos tipos de ocorrências de natureza policial militar, podendo afirmar tratar-se de um público, teoricamente, denominado de profissionalmente maduro, acumulando, inclusive, durante todo esse período, toda a carga de estresse vinculada à profissão. Em contrapartida, a outra quase totalidade dos servidores com até 9 anos de serviço, totalizam quase a outra metade do todo, sendo responsável por 44% das opiniões que darão validade à presente pesquisa e que encontram-se teoricamente na fase mais acelerada da carreira. O restante, que totaliza os 7%, é formado por policiais com 20 a 29 anos de serviço que, apesar da vasta experiência de atividade laboral, o tempo faz com que o profissional naturalmente vá desacelerando e tendo excesso nas cautelas das suas ações, devido o estado natural de envelhecimento do corpo humano.

Em suma, e com base no gráfico 1, observa-se que a grande maioria dos indivíduos que foram entrevistados possuem faixa etária, bem como tempo suficiente de serviço prestado a sociedade, para exercerem e executarem as mais diversas ações de natureza policial militar com responsabilidade, maturidade e profissionalismo.

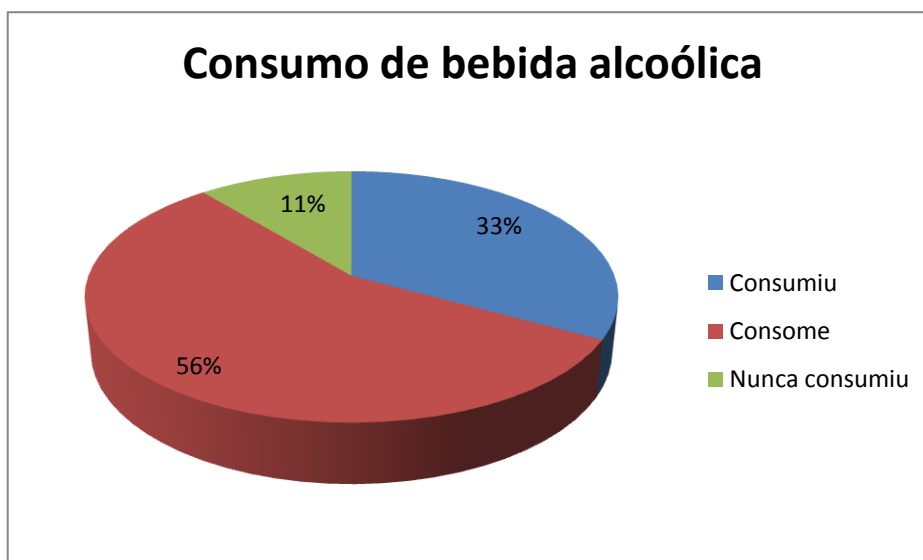


Gráfico 6: Consumo de bebida alcoólica

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Observa-se que os indivíduos que foram submetidos aos questionamentos em epígrafe, 89% afirmaram que já tiveram em algum momento de suas vidas contato com a bebida alcoólica onde, deste universo, o que trás uma preocupação, afiançam que o consumo do álcool pelos indivíduos em sociedade é cultural, e que por ser incentivado pela mídia e legalizada a venda pelas autoridades, atinge uma grande maioria dos seres humanos, independente de classe social.

Podemos observar ainda, que deste universo, apenas 33% afirmaram que deixaram de consumir, enquanto 56%, ou seja, mais da metade, ainda faz uso de substâncias alcoólicas. Em contrapartida, somente um pequeno grupo de entrevistados, mais precisamente 11%, ou seja, pouco mais de 1/10 do total de todo o público entrevistado, afirmou nunca ter ingerido qualquer tipo de bebida alcoólica. Fato este que legitima o que fora acima relatado.



Gráfico 7: Quando se deu o início da ingestão da bebida alcoólica, antes ou depois de incorporar na instituição

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Em virtude da cultura nacional em consumir álcool, observa-se que 76% dos entrevistados já consumiam bebidas alcoólicas antes de incorporar na instituição, quantidade bem expressiva, o que corrobora mais uma vez a forte presença do álcool de forma intrínseca na vida social. Nota-se ainda que 4% dos entrevistados declararam que tiveram o primeiro contato com substância alcoólica, somente após ingressarem nas fileiras da corporação militar estadual em estudo.

Traçando um parâmetro entre os gráficos 06 e 07, nota-se que 20% dos entrevistados informou que não consumia bebida alcoólica antes de entrar na Polícia Militar.

Ocorre que, como podemos observar no gráfico 6, dos 56% que consomem a bebida, 20% deles iniciaram a ingestão do álcool após fazer parte da corporação, tornando a situação preocupante.

Dentro deste diapasão, nos próximos questionamentos, buscaremos analisar, sob a óptica da natureza estressante ao qual o militar é submetido, quais os principais motivos que os levam a ingerir bebidas alcoólicas de forma constante e desmedida e, com base nestas informações, iremos elencar algumas sugestões no intuito de amenizar essa triste realidade, e que, quando exposta de forma pejorativa, macula o nome e a imagem da instituição, consequentemente interfere diretamente na confiabilidade e na qualidade do serviço prestado pela corporação junto aos nossos principais clientes, que são os seres humanos, pois segurança pública transcende o simples ato de vigiar diuturnamente as ruas e as pessoas.

De forma macro, segurança pública está relacionada com a sensação de segurança que o Estado, através de seus servidores, tem o dever legal de garantir ao cidadão o exercício pleno de seus direitos e deveres constitucionais.

Estes profissionais são os responsáveis diretos pela integridade física e moral da sociedade norterriograndense, e, de forma mais abrangente, de toda a sociedade brasileira, pois é a única profissão onde o servidor, ao ingressar, faz um juramento para defender a sociedade, mesmo colocando em situação real de risco a sua própria vida.

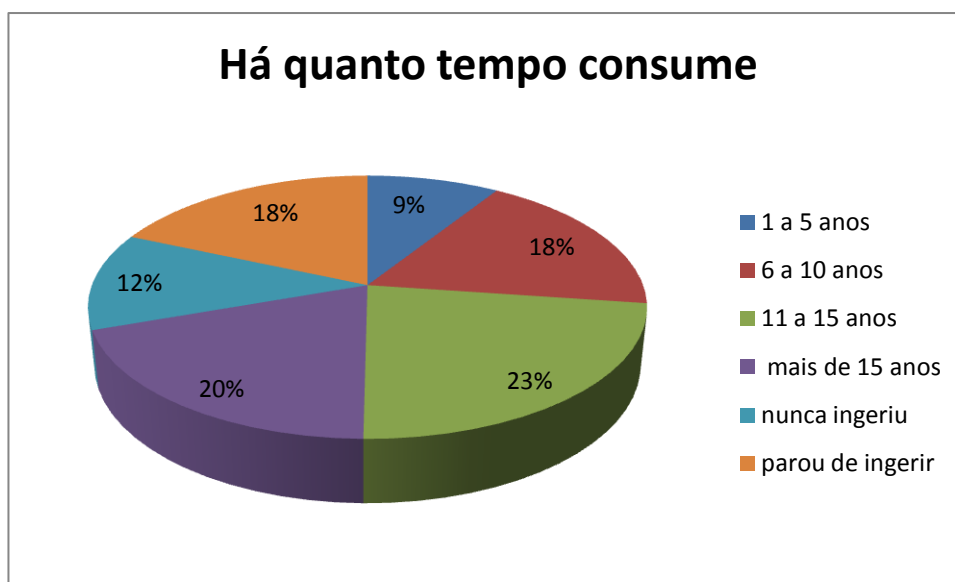


Gráfico 8: Há quanto tempo consome

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Notabilizamos, no transcorrer da análise da pesquisa, que cerca de 30% dos entrevistados pararam ou nunca ingeriram o álcool. Porém, dos 70% restantes, mais da metade, ou seja, 43% consomem a referida bebida a mais de onze anos, deixando transparecer que há muito tempo ela faz parte da vida desses profissionais.

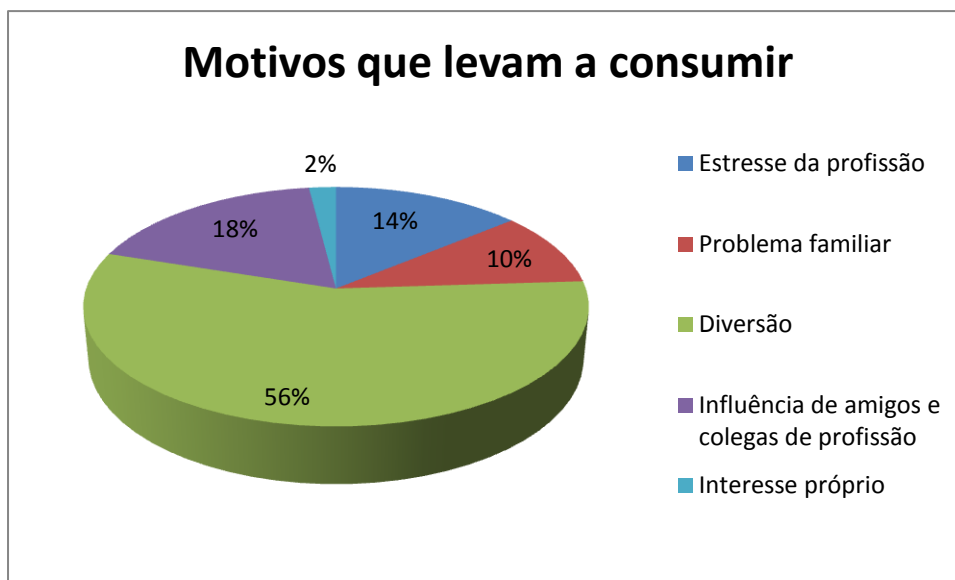


Gráfico 9: Motivos que levam a consumir

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

O estresse da profissão e a diversão são os grandes responsáveis, segundo a pesquisa (gráfico 9), que levam os profissionais da segurança pública a ingerirem a bebida em estudo, totalizando, os dois juntos, 70% das motivações.

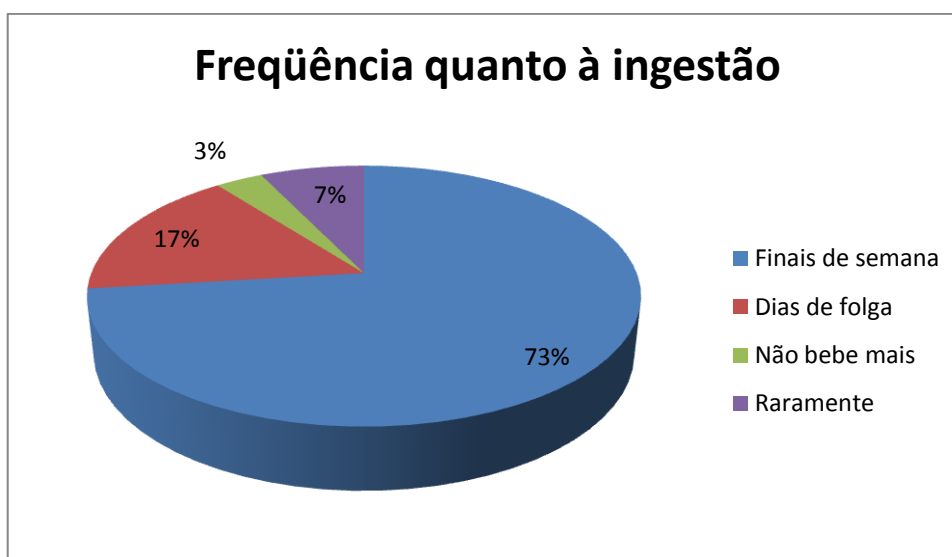


Gráfico 10: Freqüência quanto à ingestão

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Com a força da mídia em tentar fazer uma intersecção entre o álcool e a diversão, com o intuito de garantir o seu comércio, vimos que tais objetivos estão sendo alcançados, pois esse jogo de imagens aliados a *slogans* apropriados levam os profissionais a achar que o combate ao estresse da vida policial pode ser realizado através do consumo desmedido do álcool. Tudo isso nos faz ressaltar a percentagem que retiramos, ao analisarmos com que frequência os policiais estudados consomem bebidas alcoólicas. Concluiu-se que 73% dos policiais que bebem, utilizam os finais de semana para a sua ingestão, onde, num mesmo patamar de ingestão do beber socialmente, 17% bebem nos dias de folga, conforme o gráfico 10.

Alguns policiais militares, no transcorrer da pesquisa, destacaram que apresentaram problemas de desempenho profissional na intersecção da bebida alcoólica com o serviço, sendo informados dentre alguns fatores, o fato de chegarem atrasados, “passar mal”, ou até faltarem aos respectivos serviços, prejudicando ainda mais a sua imagem na corporação.



Gráfico 11: A bebida já apresentou algum problema em seu trabalho

Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Apesar de 15% dos entrevistados terem informado que o consumo da bebida alcoólica criou algum tipo de problema no trabalho, em detrimento dos outros 85%, esse número é preocupante, pois, de cada cem policiais que tiram serviço, quinze deles apresentam problemas relacionados ao consumo desmedido, causando prejuízos a determinadas áreas que deveriam ser policiadas por profissionais em boas condições físicas e psicológicas, inibindo, com isso, a atuação eficaz desta atividade.

O psiquiatra inglês Anthony Daniels, quando entrevistado pelo repórter Diogo Schelp na revista *Veja*¹, destaca que a influência das teses do suíço Jean-Jacques Rousseau prejudicou a noção de responsabilidade no mundo atual quando difundiu a idéia de que o ser humano é naturalmente bom, e que a sociedade o corrompe. Isso se limita a investir na sociedade uma culpa que inexoravelmente pertence ao homem como ser humano, trazendo ensinamentos tão difundidos, como o livre arbítrio e a responsabilidade social. Na mesma entrevista, Daniels coloca ainda que alguns intelectuais disseminam o falso pensamento de que os bandidos são incapazes de discernir entre o certo e o errado, independentemente de fatores externos, diminuindo sua humanidade.

Neste prisma, podemos relacionar as palavras de Anthony Daniels com os problemas aqui levantados, visto que, muitas vezes, relacionamos os alcoolistas como vítimas de uma maneira errônea. É claro que a predisposição existe quando se tem problemas de fuga da realidade em virtude do estado mental a que o álcool induz. Porém, quando cometem transgressões disciplinares ao se apresentarem para o serviço sob a influência do álcool, o medo da punição poderia ser um fator no processo de reabilitação, associado à certeza de uma vida melhor longe desses excessos.

Alguns comandantes dos policiais envolvidos na pesquisa, quando entrevistados, informaram que as dificuldades oferecidas pelos profissionais envolvidos com a bebida alcoólica no serviço operacional eram várias, dentre elas: a desconcentração, a diminuição de reflexos, a falta de zelo consigo e com o trabalho, atrasos, faltas e abandonos de serviço. Além destes já citados, existem algumas faltas de natureza grave que coadunam com a deterioração da própria família do alcoolista, como nos casos das ameaças e agressões contra as esposas, ocasião em que, em muitos casos, se utilizam do próprio armamento para fazê-las. Com este pensamento, poderemos fazer uma analogia ao questionamento, no que diz respeito à medida administrativa tomada pelos comandos das unidades dos entrevistados quando detectado o problema apresentado pelo profissional com sinais de ingestão do álcool no ambiente de trabalho, onde 65% responderam que foram orientados verbalmente, segundo o gráfico abaixo:

¹ Revista *Veja* de 17 ago 2011, Ed. Abril, p. 17, 20, 21.

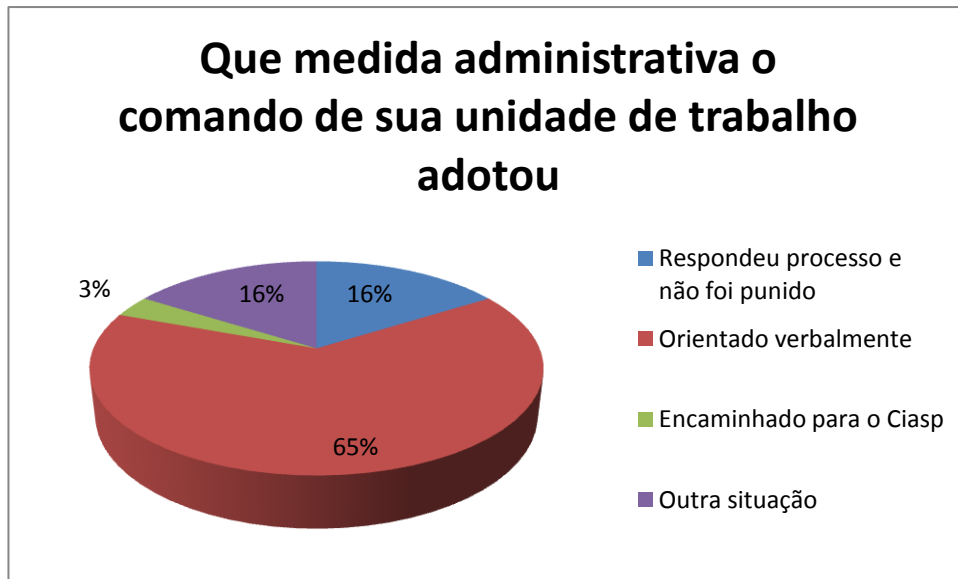


Gráfico 12: Que medida administrativa o comando de sua unidade de trabalho adotou
Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Além das alternativas acima expostas, a “outra situação” a que o gráfico se refere consiste na percentagem de 16% dos entrevistados que, dentre eles, apresentaram atestado médico para justificar as faltas ou conseguiram omitir o seu real estado psicotrópico.



Gráfico 13: Já chegou a ingerir algum tipo de bebida alcoólica antes e/ou durante o serviço
Fonte: Pesquisa realizada junto às praças dos BPM's de Natal/RN, set/ 2011

Razões como passar o sono, descontração, aliviar o estresse e trabalhar em festas como carnatal, carnaval e eleições, são alguns dos motivos relatados que fizeram com que 19% dos entrevistados que faziam uso da bebida alcoólica ingerissem-na antes ou durante o serviço.

Uma das alternativas de tratamento e/ou acompanhamento dos policiais militares alcoolistas, segundo os questionamentos apresentados aos oficiais entrevistados, foi o CIASP, que é o órgão competente para proporcionar este tipo de atendimento, porém, segundo os entrevistados, no nível da segurança pública, ele não atende as expectativas. O Centro Integrado de Apoio Social ao Policial foi criado no ano de 2001, através da Lei Complementar nº 218, com as seguintes atribuições:

[...] proporcionar um atendimento multidisciplinar aos integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil e Instituto Técnico e Científico de Polícia, bem assim aos seus familiares, destinado a assegurar-lhes o necessário equilíbrio psicológico e emocional para o bom desempenho de suas atividades funcionais;
Contribuir para a consolidação da estrutura familiar dos policiais militares e civis;
Detectar possíveis distúrbios comportamentais entre policiais militares e os policiais civis que possam comprometer o seu desempenho funcional, dando o necessário encaminhamento profissional à solução dos casos identificados;
Elaborar, sugerir e executar programas e projetos assistenciais de apoio aos policiais militares e civis, com a devida adequação aos problemas sociais e pessoais identificados;
[...] coletar dados e proceder pesquisas relativas aos problemas sociais e pessoais que afetam o efetivo policial militar e civil do Estado. (BRASIL, 2001, s.p.)

Apesar da precariedade, o acompanhamento psicossocial dos policiais no CIASP é executado por dois psicólogos que ainda conseguem manter o serviço de executar, pelo menos em parte, o que predispõe a lei acima citada, com marcações de consultas e ajudas mútuas entre policiais e familiares, porém, em virtude da grandiosidade do número de operadores da segurança pública, como também, pela competência em englobar todo o Estado nas suas funções, vimos à dificuldade em tornar aquele serviço eficaz na luta por melhorias laborais a que o caso requer.

A preocupação nos vem à tona quando calculamos que dos 278 policiais militares entrevistados, 56% deles, ou seja, 155 ainda consomem o álcool. Desses 155 profissionais, 23 indivíduos já causaram algum tipo de problema no transcorrer do serviço, e 29 desses mesmos 155 chegou a ingerir a bebida antes ou durante o serviço. Tal fato nos transmite valores altos, aumentando ainda mais nossas preocupações, quando sabemos que lidamos com armas letais onde, em virtude de qualquer erro de procedimento, poderia ocasionar danos à integridade física de terceiros, ou mesmo do próprio profissional, obrigando-nos a tomar iniciativas que minimizem essas atitudes, os quais poderiam causar prejuízos indescritíveis no meio social com a sua disseminação e descontrole.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho proporcionou subsídios teóricos que permitiram evidenciar a presença do uso constante de bebidas alcoólicas, por parte dos servidores integrantes da Instituição Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Tal afirmação sustenta-se, após compreensão da problemática e a averiguação “*in loco*”, dos dados qualitativos e quantitativos coletados e tabulados junto ao público-alvo, os quais foram embasados após pesquisas bibliográficas, que ratifica a questão do alcoolismo, como sendo um hábito comum e inerente a todos os grupos sociais conhecidos, no tempo e no espaço, desde os primórdios da humanidade, independente de credo, situação econômica, grau de escolaridade, faixa etária, dentre outras características que diferem a raça humana.

Em um primeiro momento fora traçado o perfil do público-alvo, referente à questão da faixa etária, escolaridade, graduação, estado civil e tempo de serviço na corporação, para em seguida, podermos buscar o entendimento dos fatores de motivação o uso constante do álcool e suas conseqüências para o ambiente de trabalho policial militar, o que veio a corroborar com a linha investigativa do tema proposto.

Neste contexto e no fito de obtermos uma maior compreensão teórica acerca do aludido tema, buscou-se o entendimento literário abordando os principais conceitos e definições dentro de um contexto histórico e cultural, as causas e conseqüências do uso constante do álcool por parte do indivíduo, hábito este, que interfere de forma direta em questões de cunho familiar e social, bem como, nas relações eminentemente peculiares ao desempenho das atividades de natureza policial militar.

Já os levantamentos de dados obtidos junto às praças que estavam de serviço nas unidades operacionais de área da capital potiguar, nos dias da aplicação dos questionários, possibilitaram que as considerações aqui apresentadas, legitimassem a socialização do assunto proposto, estendendo a discussão do estudo sobre o alcoolismo e suas conseqüências, para as instituições acadêmicas.

Percebe-se que a maioria dos militares entrevistados, já fazia uso de bebida alcoólica, mesmo antes de ingressarem na corporação, o que vem a ratificar a afirmação do tema do presente trabalho, onde afiançamos que o alcoolismo é uma questão historicamente social e globalizada. No entanto, ainda com base nos dados obtidos, nota-se que houve um agravamento significativo, quanto à questão dos indivíduos que se tornaram usuários de álcool.

Diante desta realidade, observamos fatores endógenos e exógenos que motivam o consumo até mesmo em ambientes sob administração militar, ou seja, nos quartéis. Tal situação deu-se segundo alegações, principalmente, a fatores intrínsecos às atividades de natureza policial militar, como por exemplo, o estresse profissional, a carga horária elevada, o desgaste físico e mental, motivado por ser uma atividade rotineira e cansativa, dentre outras características próprias do serviço em epígrafe.

Dentre os entrevistados, a maioria era composta por soldados, ou seja, mais de oitenta por cento do universo pesquisado são servidores conhecidos como ponta de lança da instituição, pois estão na linha de frente nas diversas ações e atividades de natureza policial militar. Outro fato observado foi que quase a metade do público-alvo, encontra-se numa faixa etária intermediária dos pesquisados, compreendida entre os vinte e nove a trinta e nove anos de idade, logo possuem maturidade e experiência em campo, fato que é corroborado pelo tempo de serviço da maioria dos servidores. A grande maioria, ou seja, 87% dos entrevistados possuem no mínimo o ensino médio completo, sendo que quase 40% deles estão cursando ou concluíram o nível superior, tornando o fato ainda mais preocupante, pois o grau de escolaridade está aumentando, porém, o consumo de bebidas alcoólicas também.

Através dos diversos conhecimentos obtidos após consultas em diversas obras literárias referente ao assunto, observa-se nitidamente que o alcoolismo, além de proporcionar perdas de natureza biológicas aos seres humanos acometidas por esta doença, consome também, valores pessoais, de funções sociais e de identidade. E como já fora acima mencionado, é fato também que os prejuízos materiais e humanos ocasionados pelo alcoolismo são incomensuráveis para o indivíduo e seus familiares.

Levando-se em consideração ainda, o grau de escolaridade do público interno que compõe a Instituição Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que, mesmo sendo mediano, e ainda levando em conta a multiplicidade das fontes de obtenção de informação de um planeta globalizado, é notório que o tema alcoolismo e suas problemáticas são de conhecimento dos servidores militares estaduais, mesmo que de forma empírica, pois é certo que a mídia atinge, na atualidade, todas as classes sociais, quer seja através de jornais, novelas, filmes, dentre outras dezenas de programações de cunho informativo.

Pode-se afirmar ainda que o consumo constante e abusivo de bebidas alcoólicas interfere de forma significativa e negativa no bom desempenho das diversas atividades e ações policiais militares, levando às ruas profissionais com visíveis quedas de produtividade, devido à redução do seu rendimento físico-mental, tendendo, ainda, a ficarem extremamente distraídos, negligentes e, acima de tudo, adquirem fadigas física e mental, o que coloca em

jogo o bem maior do ser humano, que é a vida. Ao ingressarem na instituição, estes profissionais prestaram um juramento solenemente, no escopo de defender a sociedade, mesmo que, para atingir tal fito, tenha muitas vezes de se expor em situação real de risco de morte, podendo ter a qualquer momento a sua vida ceifada, tudo em prol do cumprimento do dever legal, inerente a profissão policial militar.

Na realidade, o que falta são incentivos, acompanhamento e tratamento a esses profissionais, sejam através de palestras realizadas pelo CIASP, oferecidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social, sejam pela conscientização e o enfrentamento do problema pela própria Instituição. Verificou-se a inexistência de um CIASP próprio da Polícia Militar, instituição essa, que tem em seu quadro de Oficiais e Praças, profissionais da área de saúde qualificados para enveredarem nessa luta, o que vem mostrar a carência de políticas de valorização de seu policial militar, que na maioria das vezes é tratado à luz de um regulamento disciplinar. Fato este, que afeta de forma direta não só o profissional, mas também compromete o conceito social, ao macular a imagem de uma instituição centenária.

Além desta nova postura de enfrentamento, é de suma importância a implantação de políticas sociais, realizadas de forma pontual, conscientizando e amparando os profissionais enfermos, bem como os seus familiares, através de consultas e palestras educativas. Outra sugestão seria a realização de eventos sociais, tais como a prática desportiva semanais, as confraternizações, como, por exemplo, homenagem aos aniversariantes do mês, eleger o policial padrão da semana ou do mês, mediante a observação de sua desenvoltura quanto a questões relacionadas à sua postura e compostura perante o desempenho de suas atividades profissionais e sociais. Outro fator seria desenvolver atividades nas datas dos eventos sazonais, tipo festejos juninos, natal, ano novo, dentre outros, como forma de acompanhar a vida social dos policiais.

Esta política social tem como objetivo principal a confraternização e integração destes profissionais, proporcionando também um momento de lazer e de prazer, para que os mesmos agreguem valores positivos de convivência familiar e social.

Neste diapasão, cria-se uma expectativa na sensibilidade dos gestores atentarem para o reconhecimento e a relevância para o tema abordado, vindo assim a proporcionar maiores investimentos em qualidade de vida dos policiais militares, e com base nos dados da presente pesquisa, observa-se a vital importância de que esta intervenção seja realizada logo após o ingresso do indivíduo na corporação. Não podemos nos limitar a vislumbrar essa problemática apenas sob um ponto de vista clínico. O alcoolismo além de ser devidamente denominada e legitimada como uma enfermidade sem cura pela OMS, transcende o campo de

doença do corpo e da mente, pois trata-se também de um problema social e institucional, sendo que para atingir a eficácia no seu tratamento, não basta simplesmente tirar o álcool do indivíduo, mais sim oferecer-lhes alternativas e opções para que ele tenha uma vida saudável.

Diante de toda esta discussão, pode-se chegar a um consenso: a inexistência de uma explicação unânime e universal que motivem o ser humano a tornar-se alcoolista, quer seja ele civil ou militar, e ainda que as parcelas de culpa que levam alguns policiais militares a enveredarem por esse caminho, não pode ser atribuída apenas a este profissional, tem que ser socializada a princípio com a família, a qual tem o dever de moldar a personalidade do indivíduo, através da educação e do bom exemplo. O fato é que o acompanhamento social dos militares tem que ser feito pela instituição Polícia Militar que, historicamente, não zela devidamente pelo seu principal bem, que é o ser humano, o qual se torna vítima involuntária de um problema grave e relevante, que tem solução, todavia ainda não houve uma efetiva política social voltada para o enfrentamento deste mal, que ceifa a vida, a moral e a honra dos seres humanos adoecidos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005d.

BENEDICTO et all. **Estresse e psicopatologias no ambiente de trabalho: conceitos, contextos, manifestações e conseqüências**. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado/trabalhospdf/5.pdf>. Acesso em 22 Jun. 2007.

BERTOLOTE, José M. **Conceitos em alcoolismo**. [In: RAMOS, Sérgio de Paula *et al.* Alcoolismo Hoje]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 2 ed. 236p. p. 15-24.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro – CTB**. Lei Nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997.

_____. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990.

_____. **Lei Complementar Nº 218, de 18 de dezembro de 2001**. Autoriza a instituição de unidade administrativa que especifica na estrutura da Secretaria de Estado da Defesa Social, e dá outras providências.

_____. Ministério do Exército. **R4 - Regulamento Disciplinar do Exército - RDE**. Decreto nº 90.608, de 04 Dezembro 1984.

BUCHELE, Fátima. CRUZ, Deborah Domiceli de Oliveira. **Aspectos Socioculturais Relacionados ao Uso de Álcool e outras Drogas**. 1º Fórum Brasileiro do Terceiro Setor Sobre Drogas, Caeté – MG, 07 de Set. 2008. Disponível em: <<http://www.forumsobredrogas.org>>. Acesso em: 02 Set. 2011.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5ª Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez-Óbore, 1992.

ELKIS, Hélio. **Complicações psiquiátricas do alcoolismo**. [In: RAMOS, Sérgio de Paula (et al). Alcoolismo Hoje]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 2 ed. 236p. p. 15-24.

FORTES, José R. de A., CARDOSO, Walter N.. **Alcoolismo: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: SARVIER, 1991. 327p. Cap.1 e 2. p. 1-10, 11-26.

KOVACS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LAGE, Cristiano Freitas. **A relação entre alcoolismo e trabalho: um estudo de caso no Corpo de Bombeiros de Minas Gerais**. Monografia apresentada ao Curso em especialização em Psicologia do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Editora Insular Ltda, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral Aplicada**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASUR, Jandira. **A etiologia do alcoolismo**. [In: RAMOS, Sérgio de Paula (et al). Alcoolismo Hoje]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 2 ed. 236p. p. 15-24.

_____. **O que é alcoolismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23. ed. atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 1998.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Série Polícia e Sociedade, n. 3).

PLATÃO, A República. Trad. Enrico Corvisieri. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais, Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2008. 288p.

RIO GRANDE DO NORTE, M – 01 – PMRN – MANUAL TÉCNICO. Projeto de Pesquisa, 2 ed., 2011.

ROMANO, A.S.P.F. Stress na polícia militar: proposta de um curso de controle do stress. In: LIPP, M. E. N. (org.). *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 196.

ROSELLI, Ana Cecília Petta *et al.* Tratamento da dependência de álcool. *Revista Debates em Psiquiatria*. Rio de Janeiro, nº 2, p.32, mar/abr. 2011.

SERRAT, Saulo Monte (org.) *Drogas e Álcool, Prevenção e Tratamento*. Campinas: Editora Komedi, 2001. 384p.

SCHELP, Diogo. Eles têm culpa, sim. *Revista Veja*. Rio de Janeiro, nº 2230, p. 17-21, ago. 2011.

SILVA, José Gervásio. **Segurança Pública e Direitos Humanos: a função do policial no contexto da insegurança brasileira**. Porto Alegre, 2007.

SOLLERO, L. **Farmacodependência**. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

TONICO. Leonidas S. **Alcoolismo: como entender e ajudar**. São Paulo: Paulinas, 1995. 122p.

TWERSKI, Abraham J. **Como proceder com o alcoólatra**. [Trad. por SIMÕES, A. B]. São Paulo: Paulinas, 1990. 173p.

@@ SOBRIEDADE ONLINE. **A história de AA – Seu nascimento e desenvolvimento**. Disponível em: <www.aasobriedade.org>. Acesso em: 10 Set. 2011.

APÊNDICE A - Questionário

O presente questionário tem como escopo, a obtenção de sua opinião de forma sincera; saiba que a sua colaboração é de fundamental importância para o pleno êxito deste trabalho e ainda, que os dados colhidos são estritamente confidenciais, para tanto, não há necessidade do policial identificar-se, uma vez que as respostas obtidas, terão uma única finalidade, que é a de cunho estatístico. Em cada pergunta abaixo, escolha a alternativa que melhor lhe convier, assinalando com um “X” nos parênteses.

01- Qual a sua idade?

de 18 a 28 anos de 29 a 39 anos de 40 a 59 anos mais de 60 anos

02- Qual o seu grau de escolaridade?

ensino fundamental completo ensino fundamental incompleto

ensino médio completo ensino médio incompleto

ensino superior completo ensino superior incompleto

03- Qual a sua graduação?

Soldado Cabo Sargento Subtenente

04- Qual o seu estado civil?

Solteiro Casado ou união estável Separado Viúvo

05- Quanto tempo de serviço na corporação?

de 01 a 09 anos de 10 a 19 anos de 20 a 29 anos 30 anos ou mais

06- Quanto ao consumo de bebida alcoólica, você já:

consumiu consome nunca consumiu

07- Antes de entrar na Polícia Militar do Rio Grande do Norte - PMRN, você já consumia algum tipo de bebida alcoólica?

sim não comecei após ingressar na Polícia Militar

08- Há quanto tempo você ingere bebida alcoólica?

de 1 a 5 anos 6 de a 10 anos de 11 a 15 anos mais de 15 anos

nunca ingeriu parou de ingerir

09- Qual o principal motivo que o leva a consumir bebida alcoólica? Preencha as lacunas abaixo, conforme suas motivações em ordem crescente de 01 a 05.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista sobre alcoolismo

Entrevista realizada com os oficiais responsáveis institucionalmente pela disciplina dos Batalhões de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, todos sediados na cidade de Natal, abordando o assunto do alcoolismo no âmbito das suas respectivas Unidades.

- 1- Em sua opinião qual é o fator motivador para que o policial militar apresente algum tipo de dependência do álcool?

- 2- O que a PMRN deveria fazer para evitar que o policial militar enverede para a dependência do álcool?

- 3- Antes de tomar quaisquer medidas de ordem administrativa, V.S^a. procurou orientar o policial militar que está sob seu comando a procurar algum tipo de ajuda dentro ou fora da corporação?

- 4- Dentro da corporação, existe algum setor responsável pelo tratamento e/ou acompanhamento do militar dependente de álcool?

- 5- Quais as dificuldades oferecidas pelos policiais envolvidos com bebida alcoólica ao serviço operacional?

- 6- Em sua opinião, há alguma parcela de responsabilidade por parte da instituição, no que tange ao envolvimento dos policiais com o alcoolismo?

- 7- O senhor já vivenciou algum problema de natureza grave envolvendo um ou mais policiais militares alcoolizados?